



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MICHEL CARDOSO REGIS

A Influência do PCdoB no Movimento Estudantil na Década de 1980

Nova Iguaçu

2012

Resumo

A presente monografia pretende levantar algumas questões referentes à trajetória e influência do Partido Comunista do Brasil(PCdoB) no Movimento Estudantil entre o final dos anos 1970 e início da década de 1990, destacando suas lutas, derrotas e vitórias. Pretende-se estudar as ideias, propostas e atuação do PCdoB no movimento a partir da reconstrução da União Nacional dos Estudantes(UNE) como entidade que saia da ilegalidade em 1979 até final da gestão de Lindberg Farias na UNE, em 1993.

Buscará, assim, nos documentos e nos debates historiográficos a elaboração de sua política para a juventude, procurando compreender como o partido se tornou a principal força política em atuação no movimento estudantil; discutir a atuação política dos seus militantes nas sucessivas direções da UNE. Tratar da importância para o partido no setor estudantil enquanto inserção nos movimentos sociais.

Michel Cardoso REGIS

A Influência do PCdoB no Movimento Estudantil na Década de 1980

**Monografia apresentada ao curso
de História como requisito parcial para a
obtenção do Título de Licenciado em
História do Instituto Multidisciplinar da
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro**

Orientador: Prof. Dr. Jean Rodrigues Sales

Nova Iguaçu

2012

**A Influência do PCdoB no Movimento Estudantil na
Década de 1980**

**Monografia apresentada ao curso
de História como requisito parcial para a
obtenção do Título de Licenciado em
História do Instituto Multidisciplinar da
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro**

Banca Examinadora:

Alexandre Fortes: _____

Rafael Affonso de Miranda Alonso: _____

Jean Rodrigues Sales: _____

Nova Iguaçu

2012

Agradecimentos

Acima de tudo a **Deus**, pai misericordioso que sempre esta ao meu lado e por me privilegiar de exercer uma profissão magnífica.

Aos meus **Pais**, Orcinete e Noel, que me deram toda a estrutura para que eu pudesse me tornar pessoa que sou hoje. Pela confiança e pelo amor que me fortalece todos os dias. Mãe, seu cuidado e dedicação foi que deu, em muitos momentos, a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinho nessa caminhada.

Aos meus **avôs** e minhas **avós**, que sempre estiveram em meu coração dedico um agradecimento em especial por tudo que fizeram por mim.

Aos meus **amigos** que, ao longo desses quatro anos posso considerar como verdadeiros.

Ao meu **orientador**, Jean Rodrigues Sales pela competência e confiança na construção dessa monografia.

A minha **namorada** Joyce ofereço um agradecimento mais do que especial, por ter vivenciado comigo passo a passo todo o meu trabalho, ter me ajudado, por ter me dado todo o apoio que necessitava nos momentos difíceis, todo carinho, respeito, por ter me aturado nos momentos de estresse, e por tornar minha vida cada dia mais feliz.

Agradeço meus **familiares** que sempre acreditaram muito no meu trabalho e me ajudaram no que foi preciso.

A **todos** aqueles que de alguma forma estiveram próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I: Questões Metodológicas.....	5
Capítulo II: Um Breve Histórico do Movimento Estudantil.....	24
Capítulo III: A Influência do PCdoB no Movimento Estudantil (1979-1993).....	39
Considerações finais.....	58
Fontes e Bibliografia.....	59

Nova Iguaçu

2012

INTRODUÇÃO

Pretende-se nessa monografia analisar algumas questões referentes à trajetória e influencia do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) no Movimento Estudantil, em especial a UNE (União Nacional dos Estudantes). A intenção da pesquisa é examinar as ideias, propostas e atuação do PCdoB no Movimento Estudantil desde o início da redemocratização, em 1979, até o final da gestão de Lindberg Farias na UNE, em 1993.

A Temática da UNE possui elevado significado dentro da história brasileira. Reflexo disso é verificado na militância desse movimento que está em atividade até hoje. Em sua recente atuação, o Movimento Estudantil diversificou a sua postura, em direção às principais demandas da juventude brasileira. Os militantes se mobilizam em grandes Bienais, que valorizam área da ciência, tecnologia e esporte, em movimentos de estudantes negros, mulheres, homossexuais, entre outros.

Em sua trajetória, é notório observarmos que a UNE é mais do que o órgão de representação dos estudantes universitários, a União Nacional dos Estudantes é uma das principais organizações da sociedade civil brasileira, com uma história de lutas e conquistas. A UNE foi fundada em 1937 e ao longo de seus 70 anos, marcou presença nos principais acontecimentos políticos, sociais e culturais do Brasil. Desde a luta pelo fim da ditadura do Estado Novo, atravessando a luta do desenvolvimento nacional, a exemplo da campanha do Petróleo, os anos de chumbo do regime militar, as Diretas Já e o impeachment do presidente Collor. Da mesma forma, foi um dos principais focos de resistência às privatizações e ao neoliberalismo que marcou a Era FHC.

Atualmente, o PCdoB vive uma de suas fases mais ricas. Seu apoio ao governo Lula ajudou no fortalecimento do partido. O PCdoB guia-se pela teoria de Marx, Engels e Lênin, e desenvolvida por outros revolucionários. O princípio básico da organização do PCdoB é o centralismo democrático, que segundo o partido, “estimula a expressão das pessoas de forma livre e responsável para a construção das orientações partidárias sob um único centro dirigente e no qual as decisões tomadas são válidas para todos, subordinando o interesse individual ou

da minoria ao do coletivo, ou da maioria. Assim, o Partido age como um todo uno, onde a unidade de ação é sua força”¹.

O Partido Comunista do Brasil, surgindo de uma cisão no interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1962, teve uma participação discreta na política brasileira até o final dos anos 1970. A exceção para este período ficou por conta de sua atuação na chamada Guerrilha do Araguaia, movimento ocorrido entre 1972 e 1974 no sul do Pará e que tinha o objetivo de derrubar a ditadura militar instaurada em 1964.

Com a abertura política em 1979 e o processo de democratização então iniciado, o PCdoB buscou aumentar a sua participação e inserção política nos movimentos sociais. Neste processo, se ele não conseguiu um grande impacto de uma maneira geral, no caso do movimento estudantil teve grande êxito.

De fato, pode-se afirmar que desde a retomada das lutas estudantis a partir de 1979, o PCdoB se constituiu na corrente política de maior importância dentro das organizações estudantis no país. Particularmente no caso da União Nacional dos Estudantes e União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) isso aparece de forma muito clara, uma vez que o partido elegeu a grande maioria de seus dirigentes no período.

É preciso explicitar não só os motivos por ter sido escolhido essa temática específica, mas também o porquê do recorte temporal. Em primeiro lugar, a justificativa para esse tema em questão parte de um interesse pessoal, já que possuo elevada simpatia com os temas relacionados a movimentos sociais. É muito importante destacar que esta monografia é o resultado da pesquisa de iniciação científica que se vinculou ao projeto apresentado pelo orientador e se justifica, entre outros motivos, pelo fato de ser uma pesquisa pioneira nesta temática. Além da inexistência de trabalhos sobre a atuação do PCdoB no movimento estudantil, também não existem praticamente estudos sobre os estudantes nos anos de 1980 e 1990. O que observamos em análise da bibliografia existente é que os temas preferenciais continuam relacionados aos anos de 1960 e à luta dos estudantes contra a Ditadura Militar. A opção pelo recorte temporal está relacionada ao processo de democratização do país.

¹Quem é e o que quer o Partido Comunista do Brasil (Parte 1) Disponível em: http://www.pcdob.org.br/texto.php?id_texto_fixo=4&id_secao=145. Acessado em: 05/06/2012.

A partir do governo Ernesto Geisel entre 1974 e 1979, a crise econômica do país e as dificuldades do regime militar agravam-se. A alta do petróleo e das taxas de juros internacionais desequilibra o balanço brasileiro de pagamentos e estimula a inflação. Além disso, compromete o crescimento econômico, baseado em financiamentos externos. Apesar do encarecimento dos empréstimos e da enorme dívida externa, o governo não interrompe o ciclo de expansão econômica do começo dos anos 70 e mantém os programas oficiais e os incentivos aos projetos privados. Ainda assim, o desenvolvimento industrial é afetado e o desemprego aumenta. Nesse quadro de dificuldades, o apoio da sociedade torna-se indispensável. Para consegui-lo, Geisel anuncia uma "distensão lenta, gradual e segura" do regime autoritário em direção à democracia. O processo de transição democrática é longo e ocorre com avanços e recuos. Nesse período, os movimentos sociais passam a ter um papel fundamental no processo de redemocratização. É um período em que as instituições voltam à legalidade e apoiam o movimento pelas diretas já. Portanto, fazer o recorte a partir de 1979 é importante na medida em que o movimento estudantil vai militar a favor da redemocratização a partir de uma ideologia influenciada pelo PCdoB que, por sua vez, retorna a legalidade.

O PCdoB é o primeiro partido a defender o afastamento de Fernando Collor da Presidência. Quando vêm à luz as denúncias do esquema Collor. A juventude, a UNE e a UBES também têm um papel nesta mobilização: os "caras pintadas" fazem as maiores passeatas da história do movimento estudantil brasileiro. A pressão popular obriga o Congresso a votar o impeachment do presidente. Em sua declaração de voto, a bancada comunista aponta o modelo neoliberal como o pior dos crimes de Collor. Em 1992, após enormes manifestações estudantis com repercussão em todo o país, o presidente renunciou ao cargo para não sofrer processo de impeachment pelo Congresso Nacional.

Com isso, fica claro que o recorte temporal é bem definido na medida em que mostra um período de grande atuação do movimento estudantil e do PCdoB. É importante reforçar que a escolha do tema também possui relação direta com o objetivo de mostrar a atuação da esquerda no que se diz respeito os movimentos sociais, e esta participação, longe de ser inexpressiva, possui imenso valor para a historiografia e para a sociedade. É elogiável chamar atenção para a ideia que o historiador, assim como qualquer outra pessoa está sujeito à influência do meio e, portanto a escolha do tema possui intensa relação com algumas influências sociais.

O historiador é, então, um ser humano individual. Como outros indivíduos, ele também é um fenômeno social, tanto o produto como o portavoza consciente ou inconsciente da sociedade à qual pertence; é nesta situação que ele aborda os fatos do passado histórico ².

Através da visualização dos objetos propostos no trabalho, percebe-se que será possível verificar que a atuação do PCdoB no Movimento Estudantil teve grande importância dentro do contexto social. Portanto, através da pesquisa poderemos perceber que no Movimento Estudantil, no período em questão, acabou por atender aos anseios por mudanças num período conturbado de nossa história. Dentro desse aspecto, a atuação do PCdoB nos movimentos é fundamental para que se possam compreender algumas características da atuação da esquerda no século XXI, ou seja, o fazer política no seu sentido mais amplo. A atuação da UNE, procurando modificar certos aspectos da sociedade e da política brasileira, é fundamental para esclarecer algumas práticas políticas atuais.

A monografia está dividida em três capítulos e tem a intenção em demonstrar fatos significativos que abordagem do tema em questão.

No primeiro capítulo aborda questões teóricas que deram base na produção do trabalho. Serão tratados alguns aspectos aportando cultura política, história do tempo presente, história oral e história política.

O segundo capítulo é centrado na figura do Movimento Estudantil, destacando de que maneira ele se organizou no período, as mudanças em sua linha política e os problemas enfrentados em sua militância.

O terceiro capítulo tem como foco fazer análise da inserção do PCdoB no Movimento Estudantil, procurando entender como essa influência foi possível, quais eram seus objetivos e como se dava a relação entre o partido e o movimento.

² CARR, Edward Hallet. *Que é História?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, Pp.71.

Capítulo I

Tendo em vista que a teoria é a parte fundamental para a elaboração de qualquer campo do conhecimento, o primeiro capítulo trata de assuntos pertinentes a questões teóricas e metodológicas. É necessário aportar esse tema, na medida em que se deve demonstrar o entendimento sobre as metodologias aplicadas na pesquisa a partir de um embasamento teórico. Sabe-se que existe uma larga diferença entre “teoria” e “método”, e é importante observarmos o quanto “ver” e “fazer” são coisas bem distintas, porém, complementares.

O historiador José D’Assunção Barros, em seu artigo a revista Teias, define teoria como “um corpo coerente de princípios, hipóteses e conceitos que passam a constituir determinada visão científica do mundo”³. A teoria remete a generalizações, ela é, segundo o autor, a visão que o homem tem do mundo. É a sua concepção da realidade, a percepção do campo de conhecimento que se está atuando. Sendo assim, devemos ter um sólido embasamento teórico, pois ele é uma peça fundamental na pesquisa. Ainda sobre a teoria, é importante observarmos que:

[...] é através de teorias – que correspondem a um âmbito que inclui uma série de dispositivos e procedimentos que vão dos conceitos à formulação de hipóteses – que os cientistas conseguem enxergar a realidade ou os seus objetos de estudos de modos específicos, seja qual for o seu campo de conhecimento ou de atuação⁴.

A teoria é a primeira ferramenta que o historiador deve possuir. É através da contemplação de uma realidade subjacente que o historiador passa a atuar teoricamente. Passando para uma segunda fase temos a metodologia que José D’Assunção diz que ela:

³BARROS, José D’Assunção. *Teoria e Formação do Historiador*. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 11, n° 23, p. 41-62, set./dez. 2010, Pp. 48.

⁴*Ibid.* P. 44.

[...] remete sempre a determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo específico desses materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema e dos materiais concretamente definidos pelo pesquisador. A metodologia vincula-se a ações concretas, dirigidas à resolução de um problema; mais do que ao pensamento, remete à ação. Assim, enquanto a ‘teoria’ refere-se a um “modo de pensar” (ou de ver), a ‘metodologia’ refere-se a um “modo de fazer”⁵.

A partir desse fragmento verificamos a diferença entre metodologia e teoria. Verifica-se também que ambas passam a se complementar tendo em vista que a metodologia remete a algo empírico, já a teoria está no imaginário e na apreciação. É preciso verificar, criar uma teoria a cerca de algo para que possamos atuar na pesquisa. É partir da hipótese para o método.

Dando continuidade ao papel da teoria da história na formação do historiador, D’ Assunção conclui que a teoria é uma ferramenta muito importante no trabalho de pesquisa. Ele nos mostra que a historiografia atual está vinculada a uma história “problema”, e que o pensamento meramente descritivo está entrando em desuso. Na verdade, o "problema" fez com que a historiografia assumisse uma grande mudança no século atual. Atualmente, um historiador dificilmente propõe pesquisas meramente descritivas. Escrever uma história factual, uma história que está somente dedicada a contar os fatos, é uma proposta controversa para um historiador que está vivendo as mudanças do século XXI. O que é exigido do pesquisador não é somente “contar os fatos como eles realmente são”. Espera-se mais da pesquisa, é exigida interpretação dos documentos, formulação de problemas e esses problemas devem atender às necessidades contemporâneas. Portanto, um bom alicerce teórico é um importante instrumento na construção de uma história problema. O autor demonstra toda essa importância em seu artigo afirmando:

Se a historiografia se constrói com teoria e método, se a historiografia é nos dias de hoje vista como vinculada a “problemas” – e já vão longe os tempos em que se podia simplesmente propor uma história meramente descritiva – é a teoria o que dará um lastro essencial ao historiador em

⁵*Ibid.* P. 46.

formação, de modo a que ele construa uma história realmente problematizada⁶.

Após dar a devida importância à teoria e metodologia da história, é hora de darmos enfoque nas metodologias que serão aplicadas nessa monografia. Como foi dito na introdução, serão explorados diversos territórios durante a monografia e nesse momento iremos verificar o entendimento de cada disciplina metodológica em questão. Iremos averiguar questões acerca da história do tempo presente, história oral, cultura política e história política.

Em uma entrevista feita em 2008 pelo site Terra Magazineo General e ex-ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, foi questionado se o governo Lula teria alguma motivação ideológica para resgatar a questão do “revanchismo” que faria com que os arquivos da ditadura militar fossem abertos. A resposta sobre esta pergunta foi respondida da seguinte forma:

Você sabe de uma coisa? O presidente Lula não está muito engajado nisso. É essa periferia que se esquece de uma coisa fantástica: deviam agradecer de joelhos, todo dia, nós termos feito a Revolução que permitiu voltar à democracia, que nós sempre quisemos. E evitar que a ditadura comunista, altamente violenta e assassina, estivesse vigente. Por que eu digo isso? Porque se eles tivessem chegado ao poder pela linha deles, e não pela nossa - porque chegaram por via democrática -, todos eles já estavam mortos, na típica autofagia dos comandos comunistas. Quantas pessoas que subiram com ele, o Stálin matou?⁷

Estamos diante de uma situação em que o ex-ministro revela a sua opinião a cerca da ditadura militar. O General questiona o papel do militares mostrando que eles estavam corretos ao tentar eliminar a “ameaça comunista” do país. O General Leônidas acredita que fez um bem ao Brasil e que o regime ergueu a democracia que os militares queriam. Em suas

⁶ *Ibid.* P. 59.

⁷ LEAL, Claudio. *General Leônidas: "Revanchismo tem que acabar"*. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2896568-EI6578,00.html>>. Data de acesso 16/07/2012.

palavras, Leônidas Pires fala sobre o seu entender a cerca do período onde militares estiveram no poder:

Mas, venha cá, você sabe qual é a diferença entre regime autoritário e ditadura? Primeiro, regime autoritário não tem permanência de ninguém no poder. No nosso regime, o presidente foi sistematicamente mudado. Bom, você diz, mudado no Congresso... Em quantos países do mundo a democracia é exercida pelo Congresso e não por voto direto? Segundo, nós não tínhamos ideologia. E o que caracteriza uma ditadura é a ideologia. Nós não tínhamos uma ideologia. Sabe qual era a nossa? Fazer voltar à democracia verdadeira ao Brasil. Chamar de "ditadura militar" é uma impropriedade política. Eu tenho um trabalho publicado sobre política, minha tese na Escola Superior de Guerra⁸.

O que observamos foi a interpretação do General sobre uma experiência que deixou marcas na história brasileira e ela é lembrada como uma história do passado que fincou raízes no presente. O que o ex-ministro guarda é uma memória do período, essa memória legitima o golpe civil-militar. Em contrapartida, temos um fragmento retirado do site do Movimento Estudantil que mostra outra perspectiva sobre o período ditatorial.

A primeira ação da ditadura militar brasileira ao tomar o poder em 1964 e depor o presidente João Goulart foi metralhar, invadir e incendiar a sede da UNE, na Praia do Flamengo 132, na fatídica noite de 30 de março para 1º de Abril. Ficava clara a dimensão do incômodo que os militares e conservadores sentiam em relação à entidade. A ditadura perseguiu, prendeu, torturou e executou centenas de brasileiros, muitos deles estudantes. O regime militar retirou legalmente a representatividade da UNE por meio da Lei Suplicy de Lacerda e a entidade passou a atuar na ilegalidade. As universidades eram vigiadas, intelectuais e artistas reprimidos, o Brasil escurecia. Em 1966, um protesto em Belo Horizonte na Faculdade de Direito é brutalmente reprimido. No mesmo ano, também na capital mineira, a UNE realiza um congresso clandestino porão de uma igreja. Já no Rio de Janeiro,

⁸*Idem*

na Faculdade de Medicina da UFRJ, a ditadura reprimiu com violência os estudantes no episódio conhecido como Massacre da Praia Vermelha⁹.

Observamos que temos outro olhar sobre o mesmo período, esse segundo olhar critica a atuação dos militares dizendo que o Exército coagiu e reprimiu as manifestações estudantis. Mais uma vez estamos trabalhando com a memória, e é este embate sobre a memória que vai ser trabalhado neste momento. Será trabalhada a História do Tempo Presente, que está atrelado a um jogo de diferentes perspectivas a cerca de um determinado acontecimento histórico. Iremos questionar o confronto de memórias e como lidar com esse confronto em uma história do tempo presente.

Entre os primeiros trabalhos sobre o assunto temos Maurice Halbwachs¹⁰, o autor tenta compreender o papel da memória coletiva e, segundo ele, seria impossível escrever sobre a História do Tempo Presente, pois deveríamos ter um distanciamento seguro dos acontecimentos para que as lembranças não contaminassem o trabalho do historiador. O que o autor trouxe de importante sobre o assunto é que não temos uma única memória coletiva que insurgi sobre a história, mas sim várias memórias, para o autor há apenas uma história e várias memórias sobre um determinado acontecimento.

A historiadora Maria Menendes Motta trata do assunto no livro, “Novos Domínios da História”. Nesse trabalho, a autora tem como finalidade discutir a História do Tempo Presente mostrando sua trajetória e legitimando a metodologia como de suma importância na vida do historiador. A autora traz um embate entre memória e história mostrando que:

[...] é mais do que razoável admitir que a memória e a história não são sinônimos, pois, diferentemente da primeira, a história aposta na descontinuidade, visto que ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão; ela é manejada, reconstruída a partir de outros interesses e em direção diversa, e, para se opor à memória, a história

⁹*História da UNE*. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>> Data de acesso 16/07/2012.

¹⁰Maurice Halbwachs (1877-1945) foi um sociólogo francês da escola durkheimiana. Escreveu uma tese sobre o nível de vida dos operários, e sua obra mais célebre é o estudo do conceito de memória coletiva, que ele criou.

tem ainda o objetivo de denunciar e investigar os elementos que foram sublinhados ou mesmo ignorados pela memória ¹¹.

Segundo a autora, a memória não deve ser entendida como algo que só se explica pelo presente, pois isso significa que ela “recebe incentivos para se consagrar enquanto um conjunto de lembranças de um determinado grupo”¹². Temos que verificar que a memória exerce um poder excessivo na formação da identidade de um determinado grupo, e esses indivíduos acabam por consagrar elementos que legitimem o grupo em detrimento de outrem, a história passa por uma perspectiva diferente em que a autora diz que ela:

[...] busca uma representação crítica do passado, o que não elimina, porém, o perigo de o historiador incauto apenas restaurar memórias. A história seria, então, uma operação intelectual que, ao criticar as fontes, reconstruí-las à luz de uma teoria, realiza uma interpretação na qual o que importa não é só a noção de um consenso, mas também a do conflito. Nesse sentido, ela não serve para glorificar o passado, pois o que ela realiza, na maioria das vezes é a deslegitimação de algo construído pela memória, e que muitas das vezes permanece escrito, registrado, mantido no presente ¹³.

Temos que entender que a memória é uma fonte histórica que mostra as lembranças recordadas por um ou vários grupos sociais. Utilizando da memória podemos identificar iguais interpretações de um determinado acontecimento que permanecem contínuos ao passar do tempo, podemos verificar as várias visões de uma determinada memória e também correntes que ligam alguns grupos e afastam outros. Enquanto fonte histórica, Márcia Maria revela que: “[...] elas merecem passar por uma análise crítica, capaz de desconstruir as memórias consagradas por um coletivo.”¹⁴

Uma questão muito importante sobre a memória é que ela se constrói a partir de lembranças e também pelo esquecimento. Portanto, devemos ter em mente que um

¹¹ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *História, memória e tempo presente*. In: *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011. P. 25.

¹² *Idem*.

¹³ *Ibid*. P. 26.

¹⁴ *Idem*.

determinado grupo, por alguma razão, traz a tona certas memórias e esquecem outras. O grupo também pode elevar ou ocultar fatos que eles não considerem legítimos. Um exemplo de seleção da memória é vista no começo do discurso sobre a história do tempo presente nesta monografia. O que percebemos é que temos duas visões distintas sobre o mesmo assunto, os dois grupos tentam legitimar a sua atuação em um determinado período. A legitimação é feita por representantes distintos que tem a plena convicção de que seus atos fizeram um bem ao Brasil. Nos dois casos observamos o quanto permanecem as desavenças entre os dois, o que pode gerar ódio a partir das lembranças que cada um selecionou. Sobre essas diferentes perspectivas, a autora mais uma vez nos faz refletir sobre o papel do historiador ao se deparar com esse problema.

Não basta, portanto, redigir um acontecimento, relendo o documento ou o testemunho oral como se ele fosse a “fonte da verdade”, porque, para se fazer história, é preciso estar atento aos aspectos aparentemente sem importância, detalhes muitas vezes desprezíveis, termos e palavras sem sentido em uma primeira aproximação ¹⁵.

Devemos verificar e cruzar as fontes de uma forma crítica, temos que interpretar os conflitos sobre um determinado fato; enfim, é preciso questionar as fontes, pois a memória não deve ser observada a partir de um distanciamento temporal, temos que ter ética e atentar para os nossos próprios preconceitos para que nosso trabalho científico não seja afetado por algum posicionamento político, religioso, entre outros.

Por fim, é notável que a História do Tempo Presente seja algo que pode ser trabalhado na medida em que o historiador tenha em mente as dificuldades que serão encontradas. Porém, trabalhar com fonte recentes pode ser muito interessante, pois, existe uma riqueza de fontes que são, muitas das vezes, de fácil acesso. Portanto, trabalhar com a história recente tem seus benefícios na medida em que o historiador tenha um olhar crítico e moral, além de assumir um caráter investigativo e questionador perante as suas fontes.

A História Oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas,

¹⁵*Ibid.* P. 29.

instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Começou a ser utilizada nos anos 1950, após a invenção do gravador, nos Estados Unidos, na Europa e no México, e desde então se difundiu bastante. Ganhou também cada vez mais adeptos, ampliando-se o intercâmbio entre os que a praticam: historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros.

No Brasil, a metodologia foi introduzida na década de 1970, quando foi criado o Programa de História Oral do CPDOC. A partir dos anos 1990, o movimento em torno da história oral cresceu muito. Em 1994, foi criada a Associação Brasileira de História Oral, que congrega membros de todas as regiões do país, reúne-se periodicamente em encontros regionais e nacionais, e edita uma revista e um boletim. Dois anos depois, em 1996, foi criada a Associação Internacional de História Oral, que realiza congressos bianuais e também edita uma revista e um boletim. No mundo inteiro é intensa a publicação de livros, revistas especializadas e artigos sobre história oral. Há inúmeros programas e pesquisas que utilizam os relatos pessoais sobre o passado para o estudo dos mais variados temas.

As recentes transformações que ocorreram no campo da história, em particular no século XX, fizeram com que houvesse uma nova discussão sobre o papel das fontes históricas, isso fez com que a História Oral passasse a ocupar um local de destaque nos debates historiográficos.

No século XX, presenciamos o surgimento de um novo estatuto, definida como a História do Tempo Presente que, como já foi dito é portadora da singularidade de trabalhar com testemunhos vivos que ajudam a condicionar o trabalho do historiador. Através destes testemunhos, nós passamos a conviver diretamente com depoimentos orais, além disso, através da modernidade tecnológica, fez com que houvesse transformações nos conteúdos dos arquivos, que cada vez mais passam a dispor de registros sonoros, isso fez com que houvesse uma revisão do papel das fontes escritas e orais. Marieta de Moraes Ferreira discorre sobre esse assunto afirmando que:

[...] o retorno do político e a revalorização do papel do sujeito estimulam o estudo dos processos de tomada de decisão. Esse novo objeto de análise também dá maior oportunidade ao uso dos depoimentos orais. Os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os meandros tortuosos dos processos decisórios. Muitas decisões são tomadas através da

comunicação oral, das articulações pessoais; o número de problemas resolvidos por telefone ou pessoalmente não para de crescer. Para suprir essas lacunas documentais, os depoimentos orais revelam-se de grande valia¹⁶.

A autora explica que a historiografia que pesquisa as relações entre memória e história acaba por romper com “uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e equaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer claramente que o passado é construído segundo necessidades do presente.”¹⁷ Portanto, é visível que a História Oral está intimamente ligada com a História do Tempo Presente. Percebemos que o trabalho com a memória deve ser feito através da união dessas duas metodologias, fazendo com que elas trabalhem juntas na pesquisa para que as fontes possam ser melhores manejadas e estudadas.

Selecionar a História Oral como metodologia de pesquisa foi possível através do reconhecimento de suas influências do tempo na edificação de lembranças e esquecimentos. É de grande importância reportar que a história oral parte de uma história viva, ela é construída a partir de entrevistas que registram depoimentos de um ou vários sujeitos diferentes que fazem parte da pesquisa em questão. Podemos destacar nessa metodologia as visões de diversos atores sociais, isso faz com que possamos desenvolver e fundamentar análises históricas a partir de fontes e arquivos orais.

Segundo Pollack, a memória “é marcada pelo tempo presente em sua dinâmica social, revelando lembranças e esquecimentos em múltiplas dimensões. A história oral busca, assim, registrar a memória viva, construindo uma imagem abrangente e dinâmica do vivido a partir de um processo de pesquisa”.¹⁸ Essa metodologia busca, assim, fazer registros da memória, existe uma perspectiva em construir uma imagem abrangente e dinâmica do vivido a partir de um processo de pesquisa. Ferreira e Amado, afirma que a história oral representa:

¹⁶ FERREIRA, Maria de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Revista Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332. Pp. 324.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3. 1989. Pp. 15.

O diálogo entre entrevistado e entrevistador, acaba inevitavelmente, registrando informações pertinentes às preocupações de, no mínimo, dois sujeitos diferentes. O espaço da história oral é, então, por sua natureza, o espaço da intersubjetividade e, portanto, do diálogo de diferentes entidades.¹⁹

[...] a História Oral possibilita o afloramento de múltiplas versões da história e, portanto, potencializa o registro de diferentes testemunhos sobre o passado, contribuindo para a construção da consciência histórica individual e coletiva²⁰.

O entrevistador deve, assim, transformar a entrevista em um texto trabalhado, evidenciando a interferência clara e dirigida do autor. Tendo a memória como matéria-prima, as memórias individuais fazem uma inter-relação com as chamadas memórias coletivas. Cada entrevistado tem suas memórias individuais experiências e seu modo de narrar os fatos:

Para a história oral, portanto, o referente não pode ser o “acontecido”, o “passado”, pois ele não pode ser capturado a não ser no momento imediato. O que se tem acesso no momento da entrevista é o trabalho do narrador de converter “memória em narrativa”. Posterior a isso o trabalho do pesquisador dessa área é passar do oral para o escrito, aprisionando, concretizando, formalizando por meio da elaboração de um texto, um momento que era volátil, passageiro e disforme. Assim, pode-se pensar que no momento de uma entrevista o indivíduo fala sobre o acontecido, criando um novo referente que como texto pode ser analisado²¹.

Lembrança pode representar uma reconstrução de passagens da vida e sentimentos que já foram vivenciados a partir de novos olhares, uma vez que, as experiências foram vividas no passado e reconstruídas pela memória no tempo presente, a partir de novos conceitos.

¹⁹ FERREIRA, M. M. & AMADO, J. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Pp. 14.

²⁰ *Idem*.

²¹ RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Visões e Perspectivas: documento em História oral*. Revista Oralidades. São Paulo, v.2, n. 2, 2007. Pp. 151.

“Lembrar pode não ser reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”²².

Percebemos que a história oral tem inúmeras potencialidades, a partir de um trabalho prolongado que absorve diversos interlocutores, a História Oral passa por várias etapas, desde pesquisas para preparação de roteiros das entrevistas, sua realização e pela análise do conteúdo gravado. Através de um rigoroso dialogo entre entrevistador e entrevistado, é possível registrar documentos que mostram o que foi dito, como foi dito, o que deixou de ser dito e o que potencialmente pode vir a ser dito, tanto do ponto de vista individual como perspectiva social.

Ainda que objeto de poucos estudos metodológicos mais consistentes, a história oral, não como uma disciplina, mas como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades²³.

Em suma, os historiadores são motivados por uma ética que contribui para que a memória histórica e as identidades sociais não se percam no futuro. Ao dedicarem-se à tarefa de chegar ao passado por meio de diferentes depoimentos analisados da maneira mais consciente possível, estão vinculando a razão histórica à memória.

Em última instância, buscam cumprir uma função social de especial relevância: fazer do saber histórico tanto fundamento do conhecimento do passado, como da projeção do futuro e, além disso, empenhar-se para impedir que o esquecimento e a perda da identidade se perpetuem com o passar dos anos fazendo com que as gerações futuras, não tenham acesso à memória de seus antepassados.

Nosso próximo objeto de análise metodológica faz referencia ao conceito de Cultura Política que deriva da vertente historiográfica denominada Nova História Política. Para que possamos compreender esse conceito, fazendo a devida associação com a análise do discurso

²² BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. Pp. 55.

²³ FERREIRA, Mariea de Moraes, *op. cit.* P. 330.

francês, é importante conhecer o que é a Nova História Política para que possamos pensar em sua aplicação prática.

Inicialmente, podemos partir do pensamento de Francisco Falcon²⁴ que nos revela que a história, através da escola rankeana, foi conduzida à ascensão da história política factual, linear e narrativa. Essa história dita como tradicional e documental, passa a ser questionada e substituída por uma história social e econômica a partir da terceira década do século XX com a Escola dos Annales. Essa mudança proporcionou o que René Rémond chamou de renascimento da História Política, ou, Nova História Política.

Para definir alguns aspectos elementares a cerca da Nova História Política se faz necessário citar Marieta Ferreira que afirma que a Nova História se ocupa:

[...]do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, no jogo político, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central. Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos que combina o instantâneo e o extremamente lento. Para Rémond, há um conjunto de fatos que se sucedem em um ritmo rápido e aos quais correspondem datas precisas, mas outros fatos se inscrevem em uma duração mais longa - é a história das formações políticas e das ideologias²⁵.

Esta abordagem, por ter seu foco distanciado de uma história dos eventos e grandes nomes, implica, então, na utilização de novas metodologias, novas fontes e novos olhares para trabalhar com a questão do político. Retornamos a Falcon com a Nova História Política que, segundo ele, deixa de estudar o político em seu sentido tradicional, para pensá-lo em um nível de representações sociais, imaginário e memória coletiva, bem como práticas discursivas associadas ao poder.

Uma abordagem de René Rémond demonstra que:

²⁴ FALCON, Francisco. *História e Poder*. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion (org); VAINFAS, Ronaldo (org); Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

²⁵ FERREIRA, Marieta de M. A Nova "Velha História": O Retorno da História Política. IN: Estudos Históricos. N. 10, v. 5. Rio de Janeiro: 1992. P. 3.

Existem constantes que asseguram as tradições do pensamento, configurações que são estáveis, como por exemplo, a separação entre direita e esquerda, os hábitos, os comportamentos. E evidente que cada país, e deveria dizer cada povo, mantém com a política uma relação que lhe é peculiar. E essa relação perdura, é perene, é transmitida de geração a geração. É, de certa forma, o que constitui a cultura política [...]. As culturas políticas variam de um país para o outro em função da experiência de cada um, da sua história. Trata-se, portanto, de heranças, que só evoluem lentamente²⁶.

Nesse sentido, observa-se a importância do conceito de Cultura Política, que, como coloca Ferreira, “ocupa um lugar importante para a reflexão e explicação dos fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo de longa duração”.²⁷

Karina Kuschnir e Leandro Carneiro afirmam que esse conceito, fruto da união de diversas disciplinas como história, filosofia, antropologia, sociologia e psicologia, foram criadas por Almond e Verba na década de 1960, para acrescentar aos estudos políticos uma abordagem comportamental que compreendesse a face subjetiva da política. Kuschnir e Carneiro definem Cultura Política como um “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”.²⁸ Ou, como quer Janaína Hilário “um universo de percepções, sentimentos, atitudes, crenças, compromissos que definem o comportamento de um grupo, de uma instituição ou de um regime político”.²⁹

Serge Berstein aponta a dupla contribuição do conceito para a história. A primeira, diz respeito à compreensão das motivações dos indivíduos; a segunda, diz respeito à dimensão coletiva, pois:

²⁶ RÉMOND, René. *Por que História Política? Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v 7, n 13, 1994, p. 9.

²⁷ FERREIRA, Marieta de M. *A Nova “Velha História”: o Retorno da História Política*. IN: Estudos Históricos. N. 10, v. 5. Rio de Janeiro: 1992. P. 4.

²⁸ KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. *As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política*. In: Estudos Históricos. N 24. 1999/2. P. 1.

²⁹ HILÁRIO, Janaína. *História Política – cultura política e sociabilidade partidária: uma proposta metodológica*. IN: Revista Unisinos. n. 10 v. 2. Maio/agosto de 2006. P.147.

[...] fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados em redor desta cultura. Fator de comunhão dos seus membros os faz participar coletivamente de uma visão comum do mundo, uma leitura compartilhada do passado, uma perspectiva idêntica de futuro, normas, crenças, valores [...] ³⁰.

Dentro do contexto da Nova história política, a cultura política encontra seu lugar à medida que:

[...] revela um dos interesses essenciais da história cultural, o de compreender as motivações dos atos dos homens em um momento da sua história por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que compartilham, em função da sua leitura o do passado, as suas aspirações para o futuro, as suas representações da sociedade [...] ³¹.

Dentro do tema em questão abordado nessa monografia, faz necessário mostrar o quanto essa abordagem metodológica é importante para o assunto em questão. Trabalhar com o Movimento Estudantil e o PCdoB faz com que sejam diretamente abordadas as questões sociais, saindo do ponto de vista tradicional. O foco desse trabalho faz menção à relação política e ideológica que o PCdoB tem com o movimento estudantil. Isso faz com que a memória coletiva, comportamento e crenças de uma geração política, que tem uma ideologia, tentam disseminar esse ideal. Esse ideal passa por um pensamento social que faz com que o movimento político tente criar uma sociedade politizada com seus ideais.

Segundo Ciro Cardoso, para que haja uma sociedade politizada é necessária uma autoridade que tenha como princípio a mediação de conflitos existente daquela comunidade. Quando a politização é bem sucedida, temos como consequência uma maior integração social. Quando não, essa sociedade corrói ou se desintegra e a politização pública diminui ou desaparece. No caso de desaparecimento, anomia ou desintegração total (revolução), temos um Estado que pode desaparecer ou substituído por outro, de outra organização.

³⁰BERSTEIN, Serge. *A história política*. IN: RIOUX; SIRINELLI. *Por Uma História Cultural*. Lisboa: Espanha, 1998. Pp. 385.

³¹*Ibid.* Pp. 386.

Para Ciro Flamarion, “a política pública poderia ser como resultante – dinâmica e ao mesmo tempo sistêmica (daí a noção de “sistema político”) – de todos os fenômenos implicados pela conquista e pelo exercício do poder”.³² Daí existe um questionamento sobre até que ponto um sistema político é dado como legítimo a um “interesse geral” ou “bem comum”. Observamos no século XVI um início a uma ruptura com a ordem social: Maquiavel e depois Hobbes, inauguram a separação da moral e política com o intuito de fortalecer o bem comum. Num caso específico, faz-se a pergunta: Como é possível uma sociedade suporta às vezes um tirano? Alguns chamam isso de “mistério da obediência civil”. Norbert Elias fala que existe:

Uma imagem realista (oferecida pelo observador distanciado), expressada em público, pode [...] debilitar a coesão e o sentimento de solidariedade do grupo e, com eles, sua capacidade de sobrevivência. [...] de fato, em todos esses grupos existe um grau de distanciamento que nenhum de seus membros pode ultrapassar sem aparecer aos olhos do grupo como um herege (ou converter-se em tal), sem importar que suas ideias ou teoria concordem com os fatos observáveis e se aproximem daquilo que chamamos de verdade³³.

O autor diz que o poder depende da crença partilhada na autoridade. Quem ordena acredita que tem esse poder de autoridade e quem recebe a ordem acredita ser dever obedecer, “porque a socialização interioriza nos atores intervenientes um dado tipo de valores que produzem uma aceitação pelo menos relativa de um modo de vida em sociedade que inclui o seu sistema político, seja qual for”.³⁴ De fato, o autor nos mostra que toda a coletividade é organizada por papéis de dominação e sujeição. O poder é interessante para uma coesão social, mas também existe para atender os interesses da classe dominante. Sobre a questão da sociabilização política. Bonfils-Mabillon afirma que:

A sociabilização política pode ser definida como o conjunto dos mecanismos e processos sociais formadores e transformadores dos sistemas individuais de representações e atitudes políticas, de modo a possibilitar a reprodução de um sistema político por meio de apoios ativos ou passivos, o

³² *Idem.*

³³ ELIAS, Norbert. *Compromiso y distanciamiento*. Barcelona: Península, 1990. Pp. 26.

³⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. *História e poder: uma nova história política?* In: *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011. Pp. 42.

que implica a interiorização e a aceitação de normas, valores, regras do jogo e princípios³⁵.

Ciro Flamarion passa a distinguir vários tipos de história política começando pela história política como história narrativa. Nesse caso, a história política se mostra de uma forma cronológica ordenada do que acontece às sociedades humanas. Outro tipo de história política está incorporado a um sistema explicativo. Essa história proporciona as principais hipóteses da explicação que se constrói. Já a sociologia histórica do poder, trata da influência tanto da sociologia quanto da ciência política. Está preocupada na “estrutura do poder, as estratégias na perspectiva de uma teoria da decisão e a linguagem do poder tornando-se mais importantes do que o estudo dos seus efeitos tais como tomam corpo nas ocorrências políticas específicas.”³⁶

Por privilegiar análises quantitativas e operar com certa naturalização dos regimes democráticos, os estudos de cultura política permanecem, naturalmente, limitados ao âmbito da ciência política. No entanto, não parece haver motivos para que o debate acerca de seus resultados permaneça restrito a esta disciplina. Verificamos que essa metodologia ajuda a somar a partir de uma análise no âmbito historiográfico. Temos que ter em mente que a cultura política deve ser direcionada ao campo da história com o máximo de atenção e fazendo as devidas correções metodológicas para que ela venha a se adaptar ao campo da metodologia historiográfica.

Por último, porém, não menos importante, iremos tratar da história política enfatizando a nova história política que é a metodologia que vamos utilizar para fundamentar essa monografia. A chamada nova história política passou por uma nova roupagem que abriu um leque de observação da sociedade no âmbito político. Para entendermos melhor essa metodologia, é interessante fazer menção ao historiador José D’Assunção Barros que nos traz a seguinte reflexão sobre a história política:

Enquanto a História Política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados (conduzida ou interferida pelos “grandes homens”), a Nova História Política

³⁵ BONFILS-MABILON, Béatrice; ÉTIENNE, Bruno. *Será a ciência política uma ciência?* São Paulo: Instituto Piaget, 1998.

³⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Op. Cit.* p. 44.

- principalmente nos seus desdobramentos de a partir dos anos 1980 - passa a se interessar também pelo “poder” nas suas outras modalidades (que incluem também os micro poderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações, e assim por diante). Para além disto, a Nova História Política passou a abrir um espaço correspondente para uma “História vista de baixo”, ora preocupada com as grandes massas anônimas, ora preocupada com o “indivíduo comum”, e que por isto mesmo pode se mostrar como o portador de indícios que dizem respeito ao social mais amplo. Assim, mesmo quando a Nova História Política toma para seu objeto um indivíduo, não visa mais a excepcionalidade das grandes figuras políticas que outrora os historiadores positivistas acreditavam serem os grandes e únicos condutores da História³⁷.

Essa passagem mostra que a história política se faz necessária, pois corresponde ao objetivo monográfico de analisar essa “história vista de baixo” visto que a pesquisa feita visa adentrar ao campo domicro - poderes. O movimento estudantil e o PCdoB, apesar de serem bem mais fortes politicamente na atualidade, no período em questão não tinham tanta força política devido a perseguição que, mesmo estando saindo da clandestinidade, ainda existia.

Rémond argumenta que “o político não tem fronteiras naturais,”³⁸ ora elas se retraem, ora se dilatam, ou seja, permeiam outros domínios delimitando sua área de atuação, mas sem fixar territórios. Essa mesma história política que agora realiza intercessão com outras áreas, outrora estava intimamente ligada às análises do econômico. Ela também nasceu muito próxima ao caráter do poder nas esferas econômicas, como bem se julgava a política como a busca pelo poder social. Segundo Falcon³⁹ história e poder caminham juntos. Isso também demonstra uma problemática quando se trata da análise sobre a produção do poder na oficina da história, pois há aí uma equivalência entre o político e o poder exercido. Nesse âmbito, inicia-se um percalço, visto que a análise do político perpassa as questões de poder, mas este

³⁷ BARROS, José D’Assunção. *História Política, Discurso e Imaginário: Aspectos de uma Interface*. Sæculum - REVISTA DE HISTÓRIA [12]; João Pessoa, jan./ jun. 2005. Pp. 128-129.

³⁸ RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. Pp. 442-443.

³⁹ FALCON, Francisco. *História e poder*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

não poderá encerrar as características na análise da história política, já que esta não se delimita simplesmente pelo poder em esfera política.

Se a história política possuía, em seu início, um viés muito acentuado quanto as suas análises do poder do Estado, ao decorrer dos anos, entre 1945 e 1968/1970, a crise final da história política tradicional se mostra como uma possibilidade de modificação nas estruturas dessa corrente historiográfica. De acordo com Falcon, contribuíram imensamente para esses processos intelectuais os que vieram de fora da ciência histórica. Sociólogos, principalmente como Foucault e Bourdieu, realizaram outra forma de análise do poder. Sob a ótica desses dois autores, de grande influência nas ciências humanas e sociais, o poder ganharia um aspecto simbólico, ou seja, suas relações não estavam ad stricto ao político, enquanto alcance de poder estatal, mas esse poder relacionava-se por entre as instituições sociais e suas maneiras de “pensar” e transmitir os valores institucionais em regras sociais. Daí Foucault ter um vasto material sobre diversas instituições como o cárcere, os manicômios, as escolas e etc., e Bourdieu ter pensado sobre o poder simbólico das grifes de alta costura e o poder das trocas econômicas simbólicas. Assim, são análises da política, do poder, mas em outra linha de raciocínio, contendo representações das mentalidades, das ideias, bem como da memória, sem as amarras do poder como ao inerente ao status econômico, mas visto dessa forma e como uma relação das representações sociais dos indivíduos e suas instituições. Concordamos, entretanto, que o foco da história política demorou a se alterar a fim de que se concentrasse em outros objetos. A história política privava-se da possibilidade metodológica em criar uma história comparada, olhando os fatos em uma perspectiva espacial paralela, portanto, fitava o fato, dando prioridade ao particular.

As revoluções que derrubaram os regimes monárquicos não destronaram a história política de sua posição preeminente, apenas mudaram seu objeto. Em vez de fixar-se na figura do monarca, a história política voltou-se para o Estado e a nação, consagrando daí em diante suas obras à formação dos Estados nacionais [...] ⁴⁰.

⁴⁰ RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ (Org.). Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Pp. 15.

As duas correntes que se mostraram de formas antagônicas, a “Nova História” e a História Política merecem um olhar todo especial dos estudiosos, tanto historiadores como outros cientistas sociais. A política é campo de análise em que podem ocorrer algumas armadilhas que exigem desses profissionais um preparo metodológico rigoroso, daí tornam-se importantes muitos esclarecimentos, que, às vezes, por motivo de espaço, foram aqui omitidos. Contudo, ao longo de uma vasta bibliografia essas temáticas poderão ser consultadas e debatidas em outros estudos ou mesmo eventos que tenham a história política como tema.

Se os Annales em muito contribuíram, mediante o enfrentamento, para o amadurecimento da história política, esta também não se fechou em si, no seu casulo contra as influências. Seu maior amadurecimento foi entender que o processo em que estava necessitava de mudanças, não só recebidas pela pressão externa, mas mesmo uma mudança interior em seus procedimentos e visões. Embora o embate entre os “novos historiadores” e a história política tenha acontecido de maneira muito marcante, forte impressão causou Fernand Braudel, um dos expoentes da geração dos Annales, quando lamentou que a história política tivesse possuído o rótulo de uma história événementielle, “que fica nas superfícies das coisas e esquece-se de vincular os acontecimentos às suas causas profundas”⁴¹, já que para ele essa não era a intenção dos historiadores políticos. Isso mostra que a luta da nova escola, a qual surgiu na França, com as duras críticas e às vezes, injustasserviuiu para a movimentação dos historiadores do político, o que resultou em uma nova direção desta corrente que hoje além de notável, é também louvável.

Concluindo esse capítulo verificamos a importância da metodologia aplicada à história. Passamos por todas as metodologias que irão ser aplicadas e foi dada ênfase ao entendimento de cada uma. No entanto, espera-se que o leitor entenda que alguns assuntos referentes às metodologias em questão foram omitidos devido ao fato de que foram privilegiadas as ferramentas de pesquisa podiam ajudar a elucidar o trabalho em questão. Por fim, é dada a hora de adentrarmos ao segundo capítulo dessa pesquisa que trata do perfil do movimento estudantil no período entre 1979-1993.

⁴¹RÉMOND, René. *Op. Cit.* p. 17.

Capítulo II

Como já foi dito na introdução do presente estudo, nesta seção serão traçados questionamentos a cerca da trajetória do movimento estudantil, mas precisamente da UNE no período entre 1979 e 1993. É preciso destacar que no período em que a UNE possui grande atuação estudantil, ele enfrentou uma série de dificuldades. Dificuldades proporcionadas, principalmente pelo fato de que a UNE estar voltando da ilegalidade e ter sofrido forte repressão por parte do regime ditatorial.

Para melhor avaliarmos a trajetória do movimento estudantil, será traçado uma linha do tempo com um resumo dos principais fatos ocorridos em cada ano a cerca do movimento estudantil. Logo após, serão discutidos fatos mais relevantes para que seja esclarecida a trajetória da UNE destacando de que maneira ele se organizou no período, as mudanças em sua linha política e os problemas enfrentados em sua militância.

1979 – Com apoio do governo baiano, acontece em Salvador o Congresso de reconstrução da entidade. É eleito presidente o baiano Rui César Costa Silva.
--

1980 – O presidente militar João Figueiredo manda demolir o prédio da UNE na Praia do Flamengo, que havia sido invadido e incendiado em 1964. Os estudantes protestam e são reprimidos. Com a presença do então sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, o comunista Aldo Rebelo é eleito presidente da UNE em Piracicaba (SP).

1981 – O XXXIII Congresso elege Javier Alfaya, nascido na Espanha. O ministério da

Justiça tenta expulsar o estudante do país, desencadeando uma campanha nacional dos jovens chamada “Javier é brasileiro”.
1982 – A primeira mulher presidente da UNE, Clara Araújo, é eleita.
1983 – O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, cede a UNE o casarão da Rua do Catete, 234, onde passa a funcionar a sede dos estudantes. Alcindo Paes Leme é eleito presidente da entidade.
1984 – A UNE apoia a candidatura de Tancredo Neves à presidência da República e participa ativamente da campanha “Diretas Já”. O Congresso da entidade elege, como presidente, Renildo Calheiros.
1986 – Gisela Mendonça é eleita presidente da UNE.
1987 – O XXXVIII Congresso da UNE elege o paraense Valmir Santos.
1988 – Os estudantes elegem Juliano Corbelini como presidente.
1989 – O movimento estudantil faz campanha pelo voto e participação dos jovens nas primeiras eleições democráticas após a ditadura. A UNE apoia a campanha do sindicalista Luis Inácio Lula da Silva em sua primeira disputa presidencial com a campanha “Lula UNE o Brasil”. O Congresso da UNE elege Cláudio Langone presidente da entidade.
1991 – Patrícia de Angelis é eleita presidente da UNE.
1992 – O presidente da UNE eleito nesse ano é Lindberg Farias, que lidera a UNE contra o governo do presidente Fernando Collor, denunciando seu caráter neoliberal e privilégio aos grandes grupos econômicos. Após denúncias de corrupção envolvendo o presidente, os estudantes “cara-pintadas” realizam uma maratona de grandes manifestações por todo o país, na campanha “Fora Collor”. O presidente renuncia para não sofrer processo de impeachment do Congresso Nacional.
1993 – A UNE realiza uma campanha nacional contra as altas mensalidades do ensino particular. Fernando Gusmão assume a presidência da entidade. A partir de 1993, as gestões da UNE passam a ter dois anos de duração.

*⁴²

1979 é o ano de grandes mudanças no cenário político brasileiro. Nesse período a ditadura começa a mostrar sinais de desgaste, o que antes parecia um sucesso governamental com o milagre econômico e o sucesso da seleção brasileira de futebol, começava naquele

⁴² Linha do tempo retirada do site <<http://www.une.org.br/2011/09/linha-do-tempo/>> acessado em 17/09/2012.

momento a demonstrar a fragilidade do sistema ditatorial. Renato Cancian⁴³ explica que a eleição do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo em 1979, representou grandes mudanças para o regime militar do país. Nesse período as Forças Armadas chegaram a promover atos terroristas para conter os movimentos de redemocratização que se espalhavam pelo país. Para ele, a Lei de Anistia de 1979 que reivindicava uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, deu novo fôlego ao movimento iniciado um ano antes. Gradualmente, presos políticos e exilados começam a ter seus direitos políticos restaurados. O movimento estudantil está à frente nesse processo. Aproveitando essa conjuntura, as entidades estudantis iniciam um processo de rearticulação, recriam grêmios estudantis, surgem movimentos sociais de caráter econômico, como o Movimento Contra Carestia, em São Paulo, luta por creches, jornais de mulheres, entidades de caráter racial, associação de profissionais liberais, todos com caráter amplo, reivindicatório e democrático. Apesar dessa movimentação nos diversos setores oprimidos da sociedade é o movimento estudantil o primeiro a ir para as ruas lutar pelas liberdades democráticas e exigir anistia aos presos políticos. No entanto ainda persiste um esquema de perseguição política.

A volta de partidos extintos também é uma das marcas da gestão Figueiredo. Com o fim do bipartidarismo, surgem partidos como Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) o antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Democrático Social (PDS), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT). É nesse contexto que o 31º congresso da UNE é realizado. Segundo Benevides⁴⁴, depois de 15 anos, a UNE, entre duras penas tenta voltar à legalidade por meio do 31º congresso da entidade. Durante todo o mês de maio havia vários murmúrios no cenário político, relatados pela mídia sobre a realização do congresso. Diversos veículos de comunicação noticiaram o fato, a divergência quanto ao número de participantes no congresso são inúmeras. Luiz Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves⁴⁵ relatam que o evento promoveu o encontro de 10 mil pessoas.

⁴³CANCIAN, Renato. Movimento Estudantil e Repressão Política: o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes.. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCar), 2010. v. 1000. 278p.

⁴⁴BENEVIDES, S. C. O.. Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil. São Paulo: Annablume - editora e comunicação, 2006.

⁴⁵ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES Tânia. *A volta da UNE, de Ibiúna a Salvador*. ED. Alfa-Omega. 1979. Pág. 45.

Para a realização do 31º congresso, o presidente do DCE da UFBA, Rui César e o então governador do Estado da Bahia Antônio Carlos Magalhães, reuniram-se diversas vezes para escolha do local e para negociação da organicidade e condução do congresso. O governador da Bahia tentava colocar limites para a reconstrução da UNE. O deputado Eramos Dias (Arena-SP), acreditava que o congresso não poderia ser realizado. Para ele, toda organização da entidade deveria ser barrada e controlada pela lei de segurança nacional. O deputado acreditava e fazia alguns setores da sociedade creem em que as entidades de caráter estudantil eram subversivas. Se por um lado Eramos Dias defendia a proibição, o deputado Alencar Furtado Filho (MDB-PR) defendia a realização de um congresso amplo, que trouxesse a UNE de volta à legalidade e com liberdade democrática para o debate político. Benevides⁴⁶ explica que durante as negociações, Rui César tentava alocar o congresso na Concha Acústica, no ginásio de esporte Antônio Balbino, ou na Fonte Nova, mas a tentativa de controle do governador ACM protelou a decisão do local para a realização do congresso até a última semana. O jornal A Tarde em determinados momentos suscitava palpite na escolha do local. Na matéria “Sem local, o congresso da UNE pode ir para Feira”, o jornal anunciou a possibilidade do congresso, ser realizado na cidade de Feira de Santana. Em outra notícia “O ‘bolo’ da UNE”, na espera pelo resultado da reunião que definiria o local, os jornalistas realizaram um bolão com hipóteses de onde os estudantes seriam alocados. No final das contas, a reunião acabou sem a definição do local e o dinheiro arrecadado no bolão foi doado para a realização do congresso da entidade.

Pouco antes da realização do evento, a entidade sofreu alguns desgastes em função das pichações irresponsáveis de jovens, supostamente do PCB, em veículos, muros e propriedades privadas com os dizeres “UNE-PCB”, abalou a imagem da reconstrução projetada pelos jovens estudantes. O 31º congresso foi aberto pelo último presidente durante o período da legalidade da entidade, José Serra. No evento, diversas realizações socioculturais foram realizadas, dentre elas encenação de uma peça que retratava a situação do regime político vigente na época. Abaixo um trecho do discurso de Serra:

Em nome dos estudantes que construíram a UNE, na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo. Em nome dos estudantes de minha

⁴⁶BENEVIDES, S. C. O. Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil. São Paulo: Annablume - editora e comunicação, 2006. Pág. 111.

geração, que lutaram por um futuro de dignidade humana, de igualdade social, de democracia para o povo brasileiro. [...] Em nome daqueles que nesta dura caminhada foram expulsos de suas escolas, exilados, presos e torturados. Em nome daqueles estudantes que foram mortos, companheiros de ideal democráticos que legaram a todos nós, o protesto mudo e generoso dos seus corpos mutilados. Em nome de todos nós, estudantes de ontem e de hoje, de todos nós que lutamos para livrar a nação das amaras desses quinze anos de regime ditatorial. Declaro aberto o 31º congresso Nacional dos Estudantes⁴⁷.

Ao mesmo tempo em que o governo liberou a realização do congresso, atos realizados durante o mesmo sustenta a possibilidade de um boicote. No congresso aconteceram três apagões, além de um pó que foi jogado em cima dos integrantes da mesa. Os componentes machucados foram medicados imediatamente. Os apagões foram resolvidos com a iluminação do farol de carros e ônibus que estavam no Centro de Convenções, as luzes dos veículos foram dispostas para frente do prédio.

A realização do 31º congresso da UNE trouxe para o país a esperança da existência de uma democracia política de fato. Diversos setores da sociedade foram mobilizados pela possibilidade de esperança, de um país melhor, de uma nação democrática, de liberdade de expressão. Os jovens conseguiram naquele momento adentrar em uma das muitas fendas que começavam a se abrir com a fragilidade do regime. A reconstrução da UNE foi um período de transição democrática que demonstrou a capacidade de organização e negociação do movimento popular e das conquistas de espaços, que naquele momento eram influenciados por movimentos de juventude de todo o mundo.

Durante o período da ditadura muitas alianças foram constituídas. O ME, como diversos movimentos da época, se aliou a outros segmentos sociais para poder construir a atual democracia. Hoje, há mais do que um apoio das entidades estudantis a movimentos sindicais, raciais, de gênero e religiosos. O que existe são parcerias entre instituições e a sociedade civil organizada. Por pautar uma educação acessível a todos, a UNE apoiou e apoia diversas causas. O entendimento de que os estudantes estão inseridos nas mais diversas

⁴⁷ SANTOS, Nilton. História da UNE, vol. 1. Depoimentos de ex-dirigentes, Livramento, 1979. Pp. 113.

classes, possibilita a parceria da entidade na ação conjunta aos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho, com as mulheres na batalha por igualdade social e no movimento negro por acesso a políticas públicas de inclusão e reparação. O que chama atenção sobre o perfil político da UNE é o comando do PCdoB na entidade. Liderada pelo partido há mais de 15 anos, a diretoria sempre foi composta por uma chapa encabeçada pelo PCdoB e apoiada pelos demais partidos de esquerda, presentes no congresso. Esse movimento de alianças ajudou a construir nomes que hoje atuam nas esferas de poder. Orlando Silva, Penildo Pena, José Dirceu, Aldo Rebelo, Vladimir Palmeira são pessoas que saíram do ME e ingressaram na esfera político-partidária.

O 31º Congresso da União Nacional dos Estudantes realizado nos dias 29 e 30 de maio de 1979 marcou a saída da entidade da clandestinidade. O congresso foi aprovado no IV Encontro Nacional de Estudantes com cerca de 500 delegados de 14 estados, realizado em São Paulo no Prédio da Arquitetura na USP, em outubro de 1978. A reconstrução da UNE foi, sem dúvida, uma conquista fundamental do movimento estudantil, colocando em pé novamente sua organização nacional, destruída pela ditadura militar.

O Congresso foi aberto pelo agora governador de São Paulo, José Serra, do PSDB, naquele momento presidente da entidade. É possível afirmar que o congresso fracassou em muitos aspectos. Não conseguiu definir uma perspectiva política para a luta estudantil, nem traçar um plano de mobilização da juventude estudantil. Em primeiro lugar, não se discutiram os pontos colocados na pauta prevista para o Congresso, relativos à situação política e à situação universitária. Em segundo lugar, não se definiu nenhuma campanha real de luta. O Congresso foi uma disputa de aparelhos entre as tendências majoritárias na questão da eleição ou não de uma diretoria, com que caráter que poderia ser definitiva ou provisória, com que método, por eleições diretas ou indiretas. Assim, a questão essencial, sobre que linha política seria eleita e que campanhas efetivas de mobilização deveriam desenvolver-se no final da enfraquecida ditadura, não se discutiu.

Em torno da questão de eleger imediatamente uma diretoria definitiva se alinharam as correntes estudantis que defendem a “unidade do MDB” e se vinculam a grupos chamados de emedebistas. O bloco queria montar uma UNE de orientação contrária a uma unidade real de estudantes e trabalhadores para submeter-se politicamente a um partido de fachada

oposicionista e de conciliação com o enfraquecido governo militar. O chamado “Bloco de Esquerda” não lançou nenhuma plataforma programática e se colocou em defesa das eleições diretas e de continuar de fato com a Comissão Pró-UNE que agora seria diretoria provisória.

Após longos anos de luta é, finalmente, eleita a nova diretoria da UNE, que toma posse no dia 11 de outubro de 1979. A chapa vencedora foi "Mutirão", encabeçada por Rui Cesar Costa Silva e Marcelo Barbieri. Dentre as bandeiras da nova gestão destacam-se as lutas por uma universidade voltada para os interesses do povo, pela anistia, pelo fim da ditadura e contra o "Projeto Portella que não interessa à Comunidade Universitária". Mesmo com um decreto federal que proibia a representação política em qualquer âmbito, nacional ou estadual, participaram do pleito mais de 350 mil estudantes de todo país. Ruy Cesar foi eleito à presidência da UNE, com apoio do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Para cumprir o mandato, mudou-se para São Paulo e trancou a faculdade na Bahia. Durante sua gestão, viajou para Roma, Paris, Bruxelas e Madri, realizando conferências pela Anistia Internacional.

No mesmo período em que a UNE era reconstruída politicamente, sua sede histórica, o prédio da Praia do Flamengo no Rio de Janeiro, foi demolida. Essa sede representava um lugar de memória para o movimento estudantil, símbolo de força política e de sua importância histórica. Ao que parece, a intenção das autoridades era retirar do movimento que se reconstruía o seu patrimônio cultural, o edifício histórico que representava a sua memória. E que ligava o movimento estudantil do final da década de 190 às lutas dos anos 1950 e 1960.

Na época, o antigo prédio da UNE estava sediando cursos de teatro da universidade UNIRIO. A diretoria da UNE, Ruy César à frente, fez uma visita ao prédio. No dia seguinte a essa visita, a reitoria da UNIRIO recebeu laudo de engenheiros da prefeitura declarando que o prédio estava condenado e que deveria ser esvaziado no mesmo dia. Em um depoimento, Ruy César dá uma boa mostra da irracionalidade e da violência que produziu a derrubada do prédio da UNE:

Então, os estudantes foram arrancados das carteiras. De repente, tinha um bando de estudantes e professores no meio da rua, olhando para um prédio vazio. Todos foram retirados rapidamente. A associação dos Engenheiros do Rio de Janeiro disse que não havia nenhum problema no prédio. Eles queriam fazer outro laudo, mas nem a polícia, nem a prefeitura deixaram a Associação entrar para fazer o outro laudo, e a gente começou a organizar

manifestações. A imprensa começou a divulgar que a Prefeitura demoliria o prédio imediatamente e a situação ficou bastante difícil. Nós começamos a organizar um conjunto de forças no Rio de Janeiro e a polícia cercou o prédio, fechando o prédio para que a gente não conseguisse acessar. E nós do outro lado, em frente, na Praia do Flamengo, com também outros três mil estudantes e parlamentares. Nós vivemos uns cinco dias de confronto, em frente a esse prédio, observando-os colocar as bombas para a implosão, tentando invadir. Fizemos várias tentativas de romper o cerco policial. O máximo que conseguimos foi pendurar uma bandeira numa sacada. Alguém me levantou, eu subi na sacada, e um guarda me puxou pelos pés. Nós fizemos uma batalha campal em frente à Praia do Flamengo. A deputada Holoneia Studart foi jogada da pista para o aterro, lá embaixo – acho que são uns quatro metros. Eles a pegaram pela cabeça e pelos pés e a jogaram na rua, de onde ela saiu toda ferida. Ela já era uma senhora. Raimundo de Oliveira teve o braço quebrado. Ele era deputado. Teve muita gente ensanguentada e que saiu perseguida pela polícia. Fomos parar na ABI (Associação Brasileira de Imprensa) onde o presidente Barbosa Lima Sobrinho manifestou apoio. No dia seguinte, conseguimos dobrar o número de pessoas em frente ao prédio. Mas foi um episódio bastante frustrante, porque nós assistimos o prédio cair. Eles implodiram o prédio na nossa frente. Na frente do prédio se travava uma verdadeira batalha, brutal. Policiais e estudantes brigando. Toda hora vinha um choque, jogavam bomba. Já havia um desejo de confronto. Nós estávamos desesperados. A gente queria invadir aquele prédio de qualquer jeito. O prédio desabou, toda a frente e o miolo, e ficaram aparentes somente o fundo e a abóbada do teatro. Foi um episódio extremamente doloroso. Acho que foi uma agressão à história do Brasil, um atestado de ignorância não só dos militares, mas também dos dirigentes o governo e da Prefeitura do Rio de Janeiro ⁴⁸.

Aldo Rebelo ingressou na Ação Popular (AP) e em 1977 ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em 1979, quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi reconstruída, o já comunista Aldo foi eleito secretário-geral e, na gestão seguinte, foi presidente da UNE na gestão 1980-1981. Em 1982, lançou-se candidato a deputado federal

⁴⁸ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias Estudantis: Da Fundação Da Une Aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. Pág. 235-236.

pelo PMDB paulista, em um período em que o Partido Comunista do Brasil ainda estava na ilegalidade. Sua trajetória parlamentar se iniciou em 1988, quando foi eleito vereador por São Paulo. O já militante do PCdoB deu um depoimento sobre o episódio do prédio no Flamengo:

Havia uma determinação do governo em demolir o prédio porque eles achavam que nós íamos torna-lo, o que era de fato nosso plano, entrar ali, ocupar e criar um fato consumado. Acho que o governo percebeu que aquilo tinha uma simbologia, porque o que ficou na imagem do golpe militar foi exatamente o assalto ao prédio da UNE. Aquilo ali calou fundo. E nós queríamos a volta dos estudantes retomando o prédio da UNE, por isso mandaram demolir. Eu sei que houve um juiz muito corajoso que deu uma sentença mandando sustar a demolição do prédio, acho que tinha o sobrenome de Aarão Reis, e o exército não cumpriu a ordem. E ele subiu no prédio de revolver em punho para fazer os operários descerem e pararem com a obra de demolição. Nós fizemos manifestações, reunimos milhares de estudantes na Praia Vermelha, sofremos uma repressão brutal dos policiais. Mas a polícia cercou o local e garantiu a demolição do prédio ⁴⁹.

E em Julho de 1980 o prédio da UNE foi demolido. Nesse mesmo ano, em outubro, a UNE realiza seu 32º Congresso em Piracicaba em São Paulo, que elegeu Aldo Rebelo como presidente e iniciou um longo processo de recuperação ao prédio que foi demolido. Apesar da perda do prédio histórico, a UNE estava definitivamente reconstruída e seguiu realizando seus congressos e elegendo presidentes.

Eleito no 33º congresso da UNE, realizado em Cabo Frio no Rio de Janeiro em 1981, Javier Alfaia era estudante de Arquitetura da UFPA. Sua condição de filho de imigrantes espanhóis serviu de pretexto para que o governo tentasse um golpe na UNE. A legislação brasileira proibia a participação de estrangeiros na política, na época, o Ministério da Justiça abriu um inquérito para cassar o seu visto de permanência e expulsá-lo do país. Javier já tinha solicitado a sua naturalização, mas os pedidos haviam sido negados. Em dezembro de 1981,

⁴⁹*Ibid.* P. 236.

os estudantes começaram uma campanha contra a expulsão do então presidente da UNE, com o slogan “Javier é brasileiro”.

Em um depoimento, Javier se lembra do episódio e faz referência a uma tira de quadrinhos, feita por um estudante da UnB que satiriza o episódio.

Ele fez uma tirinha que era assim: “Pode o Presidente da Volks? Pode. Pode o Presidente da Mercedes? Pode. Pode o Presidente da Gessy Lever? Pode. Pode o Presidente da UNE? Não”. Tudo quanto era dirigente de multinacional podia dar opinião sobre política econômica no país, se meter nos assuntos internos do Brasil, qualquer gerente de Mercedes Benz, alemão ou dirigente americano de qualquer empresa transnacional, vinda dos Estados Unidos, podia dar opinião sobre assuntos brasileiros, mas o Presidente da UNE, não ⁵⁰.

Em consequência aos protestos Javier Alfaia não foi expulso, mas com o inquérito administrativo que se abriram contra ele, seus movimentos foram bastante cerceados, No entanto, a luta que os estudantes travaram para que ele permanecesse no Brasil deu à entidade dimensão internacionalista, uma opção política distante das fronteiras nacionais.

Em 1982 a UNE retoma as eleições e elege a primeira mulher como presidente. A estudante baiana Clara Araújo. Foi um período de efervescência do movimento estudantil, com várias mobilizações em torno de temas relacionados à melhoria do ensino, defesa da universidade pública, continuidade da luta pela anistia, o movimento das Diretas Já. Em depoimento, Clara declara que:

Uma das gestões foi muito interessante porque a presidente era uma mulher, a hoje deputada estadual Lídice da Mata, do PSB da Bahia. Havia também a Alice Portugal, que veio a ser deputada federal pelo PCdoB, e eu. Era uma DCE muito atuante, ativo, e tinha aquela coisa das mulheres... Nós éramos conhecidas como “as meninas do DCE”⁵¹.

⁵⁰*Ibid.* P. 237.

⁵¹*Ibid.* P. 239.

Após muitos anos de ditadura, a população se organizou em torno de um dos maiores movimentos sociais da história do Brasil. As ‘Diretas Já!’ apoiava o projeto de lei proposto pelo deputado Dante de Oliveira que almejava a realização de eleições diretas para presidente do país. O movimento teve a participação dos mais variados setores da sociedade. Grandes manifestações populares aconteceram em todo o país, reivindicando o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, que haviam sido substituídas por um pleito indireto no Congresso nacional durante o regime militar.

A campanha animou enormes comícios e manifestações em várias capitais. O comício realizado no Estado do Rio de Janeiro, em frente à Igreja da Candelária, registrou um milhão de pessoas que reivindicavam a volta das eleições para presidente da república. Apesar dessas grandes manifestações em todo o Brasil, a Emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização imediata de eleições diretas para a sucessão do então presidente Figueiredo, foi derrotada no Congresso Nacional.

Muitos estudantes participaram das manifestações e comícios pelas eleições diretas em todo o país. Renildo Calheiros, deputado federal pelo PCdoB, foi eleito presidente da UNE em 1984. Em seu depoimento ele fala da atuação estudantil na campanha, “diretas já”:

A primeira iniciativa importante foi puxada pelo governador de Goiás, Iris Rezende, num ato feito na cidade de Goiânia que contou com a participação dos estudantes, mas também da população de Goiás. Daí em diante esse movimento foi crescendo muito. Ganhou a participação da OAB, ABI, UNE, as centrais sindicais também. Mas esse movimento ganhou muito mais força quando várias personalidades da política entraram na campanha. Quando Franco Montoro, Brizola e pessoas importantes assim entraram na campanha. Isso ajudou a dar uma divulgação e uma estrutura que o movimento estudantil não tinha, houve um casamento perfeito. Lembro que num dos atos que fizemos em São Paulo, o governador Franco Montoro chegou a liberar as catracas do metrô, uma maneira de incentivar para que o ato fosse muito grande na cidade⁵².

⁵²*Ibid.* P. 241-242.

No dia 25 de abril de 1984, este desejo chegava ao fim, a Câmara dos Deputados rejeitou a emenda. Por se tratar de uma emenda constitucional, fazia-se necessário o voto de 320 deputados da Casa, o resultado foi 298 deputados a favor, 65 contra, três abstiveram-se e 113 não compareceram. Decidiu-se, então, que as eleições presidenciais fossem realizadas sem consulta popular, dando prosseguimento ao governo ditatorial. Mas a Ditadura já estava em desgaste, com a oposição da imprensa, da população e da maioria do Congresso Nacional, que pertencia ao PMDB. Em votação no Colégio Eleitoral no dia 15 de janeiro de 1985, o candidato do PMDB Tancredo Neves saiu vitorioso.

A UNE iniciou nesse momento um intenso questionamento: Apoiar ou não a candidatura de Tancredo Neves. Renildo Calheiros relembra em seu depoimento:

Tinha uma corrente que era “Só Diretas” e que não ia ao Colégio Eleitoral de jeito nenhum. Tinham outra corrente que achava que deveria ir e tinha uma terceira que achava que, se conseguíssemos mobilizar a sociedade brasileira e colocar na rua o mesmo que colocamos pela campanha das diretas, iríamos conseguir derrotar o candidato da ditadura. Esse seria um caminho concreto para encerrarmos ali esse momento político no Brasil. Para nós foi isso que acabou prevalecendo⁵³.

A UNE decide apoiar a candidatura de Tancredo Neves, decisão polêmica que não foi unânime entre as “tendências” políticas do movimento estudantil. Apesar de indireta, a eleição de Tancredo foi recebida com grande entusiasmo pela maioria dos brasileiros. No entanto, Tancredo não chegou a assumir a Presidência. Na véspera da posse, foi internado no Hospital de Base, em Brasília, com fortes dores abdominais e José Sarney toma seu lugar interinamente no dia seguinte, em 15 de março de 1985. Depois de sete cirurgias, faleceu vítima de infecção generalizada.

A partir da nova conjuntura política brasileira, a UNE passa a se envolver na campanha de legalização da UNE em 1985. O presidente da UNE Renildo Calheiros toma a frente das negociações, porém, esse processo de legalidade foi bem complicado. O projeto de legalidade da UNE tinha que ser aprovado em duas instancias, no judiciário e no Congresso

⁵³*Ibid.* P. 242.

Nacional. Os estudantes ganham na justiça e passam a lutar no Congresso Nacional pela legalização da entidade. O movimento estudantil consegue, após muita luta que o projeto fosse aprovado.

No episódio do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, a UNE volta a atuar com uma expressão nacional e tornou-se a principal referência política do episódio em questão. Os chamados, “caras- pintadas”, que envolveram universitários e secundaristas, foi um importante detonador do processo que resultou na deposição legal do presidente em exercício.

Para entender o fenômeno dos “caras-pintadas” é importante analisar o contexto no qual ele está inserido. O Brasil realizara recentemente eleições diretas para presidente em 1989, garantia que havia sido tomada ao cidadão brasileiro pelo regime militar, sendo que o último pleito direto, isto é, com a participação do povo, ocorrera em 1960. Tal fato era constantemente lembrado pelos meios de comunicação da época, enfatizando a importância da participação popular na vida política brasileira.

Apesar dos esquecimentos e de experiências não registrados pela memória, muitos elementos experimentados nos protestos de rua contra o regime militar, que configuraram uma nova cultura política democrática, foram incorporados, na prática, por diversos segmentos da sociedade brasileira. Eles emergiram com muita força na campanha presidencial de 1989, no movimento pelo impeachment de Fernando Collor em 1992 (...). Em todos estes momentos, notamos alguns elementos comuns: a sociedade auto-organizada, a convergência de temas sócio-políticos diversos (...)⁵⁴.

Em meio a todos os clamores a essa participação popular, procurando de alguma forma recuperar o tempo perdido em meio ao marasmo dos anos de repressão. A mídia e a opinião pública reviviam intensamente os momentos em que de alguma forma a população se revoltou antes às arbitrariedades do regime de exceção, e entre os grandes momentos de luta pela democracia no país estavam os protestos estudantis de final dos anos 60, onde jovens

⁵⁴ EUGÊNIO, Marcos F. Napolitano de. Nós que amávamos tanto a democracia: Protestos de rua contra o regime militar na grande São Paulo (1977 - 1984). São Paulo, 1994. Dissertação de Mestrado, FFLCH - USP. P. 84.

universitários de pouco mais de 18 anos de idade saíam às ruas para protestar abertamente contra o governo, demonstrando ter alta organização, intelecto e politização, expressando ideias geralmente de esquerda, sendo que muitos perderam a vida, ou foram presos, ou relegados à clandestinidade, ou ainda perderam os direitos políticos e sociais.

Entre essas lembranças, e por isso mesmo, a eleição de 1989 assumiu um significado importante na história do país. Dela resultou eleito Fernando Collor de Mello, com uma plataforma de combate à hiperinflação, moralização e caça aos corruptos, que ficaram popularmente conhecidos como “marajás”, termo bradado à exaustão por Collor e seus apoiantes.

Pouco depois, porém, o governo nos quais muitos brasileiros colocaram suas esperanças começou a mostrar falhas estruturais. O Plano Collor de contenção da inflação fora um desastre completo, causando pânico na população, além de denúncias de corrupção que iam surgindo por todos os lados, com declarações contundentes vindas do próprio irmão do presidente, envolvendo pessoas ligadas diretamente ao presidente, em especial um personagem que ficou muito conhecido na época: Paulo César Farias, o PC Farias, tesoureiro da campanha eleitoral de Collor.

Essa análise, porém, longe de tentar reduzir a participação juvenil a um mero movimento de revide, de vingança, gerado pela frustração, pretende incorporar-se a outras variáveis que contribuíram para a eclosão do movimento dos, “caras-pintadas” como, por exemplo, a influência dos meios de comunicação de massas.

No começo, meio e fim, houve, sempre, a imprensa. Principalmente Veja e Isto É. A partir do fim de ano espalhafatoso de 1990 em Angra dos Reis e, mais tarde, do rodopio de Zélia e Bernardo Cabral ao som de “Besamemucho”, o governo passou a ser atingido pelos ricochetes da metralha publicitária com que alvejava o país. Evolução que decorre do exibicionismo acentuado do grupo no poder, como também das mudanças em curso na própria imprensa⁵⁵.

⁵⁵ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O relatório da CPI: um retrato do Brasil*. In: *Novos Estudos*. CEBRAP. n°34,1992. p. 4.

O apoio político e popular ao governo ia encolhendo a olhos vistos em 1992, até que então, o presidente resolve reagir e conclamar a população a sair às ruas e manifestar seu apoio ao governo e, em última instância, ao país, fazendo isso de modo extensivo, utilizando uma “camiseta ou qualquer peça de roupa nas cores do nosso país”, como diria o presidente em infame discurso.

Lindberg Farias era o presidente da UNE. Em um depoimento feito, ele comenta a coincidência entre o momento em que o movimento estudantil estava passando e a minissérie “Anos Rebeldes”, que era exibida pela rede Globo de televisão. Essa minissérie discutia os anos de 1960, que fazia referencia as manifestações estudantis de 1968 e a luta armada. Em seu depoimento, Lindberg comenta:

Ninguém podia imaginar que aquela minissérie fosse mexer tanto com o romantismo da juventude. Mas a gente soube aproveitar isso. Nós montamos um cartaz: “Anos Rebeldes. Próximo capítulo: Impeachment”⁵⁶.

A imagem dos estudantes conscientes, desafiadores e rebeldes dos anos 60 então faz a cabeça do imaginário popular naquele momento, e entre a população estavam os estudantes da época, geralmente de classe média. Não tão politizados com ideias, nem tão claros acerca do modo como reagir em meio ao seu descontentamento. Influenciados por toda “mitologia” que estava se criando em torno dos protestos ocorridos na década de 60 os caras-pintadas saem às ruas, mas vestindo e pintando-se de preto, em um repúdio às palavras de Collor, parcialmente irônico, parcialmente politizado. A imprensa iria cunhar o termo, “caras - pintadas” a tais jovens, tornando-os ícones do descontentamento popular contra o poder constituído, mas, que diferentemente do movimento politizado e militante do passado, os protestos de 20 anos depois assumia um tom de humor, ironia, anarquia e um posicionamento político não tão marcado, e por isso mesmo recebendo críticas como um movimento algo artificial de mímica dos históricos protestos da era militar.

⁵⁶ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memorias Estudantis: Da Fundação Da Une Aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. Pág. 258.

E assim, conclui-se este capítulo que nos elucidou a cerca da influência do movimento estudantil em nossa sociedade. É evidente que alguns acontecimentos a cerca da UNE não foram colocados em questão para que desse um espaço maior aos fatos que marcaram de maneira mais determinante a participação da UNE em nossa política. Foi dada ênfase ao momento de retorno da UNE em atuação como entidade, passamos pelo movimento de “Diretas Já” até o momento em que a entidade toma as ruas com o movimento pelo impeachment do Presidente do Brasil Fernando Collor de Melo e sua retirada do posto.

No próximo capítulo, daremos continuidade à monografia com o intuito de elucidar sobre a influência do PCdoB no Movimento Estudantil. Traremos questões e contextos históricos que fizeram com que essa influência fosse determinante na formação ideológica da UNE.

Capítulo III

A reorganização do Partido Comunista do Brasil, em fevereiro de 1962, é dos fatos mais marcantes da história do PCdoB, talvez o mais significativo depois da sua fundação, em 25 de março de 1922. João Amazonas, que liderou a reorganização e tornou-se o principal construtor e ideólogo do partido, diria, 25 anos depois, que a data assinalou a defesa da antiga organização revolucionária do proletariado que lutava pelo socialismo, ameaçada de liquidação pelos oportunistas e registrava, ao mesmo tempo, o início de uma nova etapa na vida do Partido.

Algumas dezenas de quadros e militantes comunistas de São Paulo, Guanabara (Rio de Janeiro), Espírito Santo e Rio Grande do Sul instalaram, em 18 de fevereiro de 1962, em São Paulo, a V Conferência Nacional Extraordinária do PCdoB. A dimensão do encontro está em que marcou a completa ruptura do grupo de comunistas liderado, entre outros, por João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Carlos Danieli, Ângelo Arroyo e Lincoln Oest, com a ala majoritária capitaneada por Luiz Carlos Prestes. No ano anterior, a corrente prestista tomara a decisão de alterar o nome do partido (de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro) e subtrair de seu programa questões essenciais de modo a facilitar legalização e o registro na Justiça Federal.

A conferência aprovou um manifesto-programa que traçava nova linha política para o partido, decidiu reeditar o jornal *A Classe Operária*, antigo órgão central que tivera sua publicação suspensa, e elegeu um novo Comitê Central. Estava coroado um longo, muitas vezes penoso, processo de luta ideológica iniciada cinco anos antes a partir das repercussões do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da ascensão de Nikita Kruchov à liderança da URSS.

O PC do B, desde o seu nascimento, combateu essa interpretação feita pelo PCB. Na sua Conferência Nacional Extraordinária, realizada em fevereiro de 1962, quando foi declarada a “reorganização” partidária, já em seu primeiro documento, “Em defesa do partido” (PC do B, 1974a, 25-30), procurou demarcar território nessa disputa e expôs a sua versão a respeito do processo que desembocou na cisão de 1962. Os momentos importantes que teriam levado o grupo a se formar e a “reorganizar” o partido, seriam praticamente os mesmos apontados pelo PCB. Entretanto, a interpretação a respeito das motivações seria oposta àquela feita pelo grupo de Luís Carlos Prestes. Enquanto o PCB acusava o grupo de “sectário”, “dogmático” e “fracionista”, o PC do B iria acusar a direção do PCB de ter traído os princípios marxista-leninistas, tornando-se um partido revisionista.⁵⁷

Com o pretexto de criticar o culto à personalidade de J. Stálin (que, de fato, houve), Kruchov e seu grupo formularam um corpo de ideias avesso ao essencial do marxismo-leninismo, um programa de fundo reformista e conciliador que, entre outras teses, propugnava, em plena guerra fria, pela amistosa cooperação com os Estados Unidos (em óbvia deformação do conceito leninista de coexistência pacífica entre diferentes regimes sociais), pela transição sem rupturas do capitalismo ao socialismo e pela descaracterização da natureza de classe do partido revolucionário e do estado socialista. Em outras palavras: disseminava ilusões e, com isso, deixava o proletariado e seus aliados de mãos atadas em sua luta libertadora. O chamado kruchovismo alastrou-se pelo movimento comunista mundial, incluindo o Partido Comunista do Brasil, então hegemônico por Luiz Carlos Prestes.

⁵⁷SALES, Jean Rodrigues. *PC DO B Conta a Sua História: Tradição, Memória e Identidade Política*. Diálogos, DHI/UEM, v. 6, p. 155-171, 2002. P. 160.

Em março de 1958, pouco mais de seis meses após o XX Congresso do PCUS, o Comitê Central do PCB (sigla do Partido Comunista do Brasil desde sua fundação), com hegemonia prestista, aprovou nova orientação política, que ficou conhecida como a Declaração de Março de 1958. Ali estavam registradas as ideias centrais que alimentariam intensas e extensas lutas ideológicas nas fileiras partidárias e provocariam a reorganização do partido quatro anos depois.

O XX Congresso do PCUS é apontado como um elemento que influenciou no desencadeamento de um surto revisionista no PCB, quando "...a orientação Krushevista é adotada oficialmente pelo partido e o programa de 1954 é posto inteiramente de lado. O caminho revolucionário do Partido é, uma vez mais, truncado. Vencem as concepções reformistas." Essa orientação teria sido coroada pela Declaração de Março de 1958, quando o partido passa a defender abertamente a solução reformista, ao considerar "...que o Estado brasileiro está em processo de democratização crescente e que a democracia e a independência nacional serão conquistadas, paulatinamente, através de sucessivos governos das classes dominantes..." (PC do B, 1974b, p. 53).⁵⁸

Segundo Grabois, a Declaração idealizava a burguesia, julgando-a capaz de defender consequentemente os interesses da Nação e, desse modo, subordinava a ela o proletariado e seus aliados na perspectiva de uma revolução essencialmente nacional, em detrimento de objetivos sociais e democráticos e de uma perspectiva verdadeiramente revolucionária rumo ao socialismo.

Para Grabois, a Declaração considerava a democracia como inerente ao capitalismo e, a bordo de uma "tática gradualista, evolucionista", imaginava a chegada ao poder das forças revolucionárias "através da acumulação de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas". Tais concepções garantia o histórico dirigente, levavam à "negação da luta revolucionária".

Em boa medida, os êxitos conseguidos pelo partido no decorrer de sua trajetória, principalmente em seus primeiros anos de existência,

⁵⁸*Ibid.*P. 162.

estiveram ancorados na coesão política de sua militância legitimada por um passado de luta revolucionária e de combate às idéias revisionistas. Apesar disso, do partido aparecer como uma organização monolítica, em que todos seus membros se reconheçam na história por ele contada e da eficácia desse mecanismo, algumas vezes não é possível fazer com que todos os militantes aceitem e se reconheçam nesse passado, que pode mesmo ser abertamente questionado. [...] o partido nunca conseguiu, de maneira eficaz, contar uma história da guerrilha do Araguaia que fosse aceita pelo conjunto partidário. Como disse Pollak, quando os membros de uma instituição não se reconhecem nas novas imagens e nas interpretações do passado individual e de sua organização, corre-se o risco de surgirem tensões difíceis de dominar. O PC do B somente a duras penas conseguiu (se é que conseguiu) dominar as tensões causadas pelo debate em torno do significado da experiência do Araguaia.⁵⁹

A Guerrilha do Araguaia foi um agrupamento de militantes contrários à ditadura militar que acreditavam que a revolução socialista só teria sucesso se acontecesse no interior rural do Brasil. Os militantes, na maioria membros do PCdoB, escolheram a região no sul do Pará, nas divisas entre o Maranhão e Tocantins. A área foi palco de treinamentos e ações dos militantes, que pegaram em armas e criaram um esquema paramilitar para realizar suas operações.

Entre 1972 e 1975, a Guerrilha do Araguaia foi alvo de uma grande ação do exército, que queriam reprimir e acabar com o movimento. Durante as ações militares, os agentes de repressão da ditadura teriam cometido graves violações aos direitos humanos, como prisões ilegais e execuções de guerrilheiros e moradores locais, condenados como “colaboradores”. Os militares são acusados de sessões de tortura, como estupros e mutilações, além do desaparecimento forçado de diversos militantes. Estima-se que pelo menos 70 dos desaparecidos políticos no Brasil, tenham sido mortos por militares durante as ações de repressão no Araguaia. Entre os que sobreviveram depois da ação militar, está o deputado federal José Genoíno, que foi detido em 1972.

⁵⁹*Ibid.* P. 164.

Esse é caso da guerrilha do Araguaia, um episódio que ocupa um lugar destacado na história que o PC do B conta de si mesmo, como exemplo de tenacidade de sua militância e como feito mais importante da história partidária. Ao mesmo tempo, porém, apesar de todo o esforço empreendido na construção dessa história, ela nunca alcançou completamente os objetivos de união partidária em torno de seu significado e causou muitas fissuras nessa organização, que se quer monolítica. A construção da identidade partidária, com a utilização do passado como elemento de coesão, nem sempre segue o caminho que foi planejado, e ele (o passado), às vezes caprichosamente, não se deixa congelar e continua a interpelar o presente.⁶⁰

Em conformidade ao que já foi explícito anteriormente, neste capítulo, pretende-se analisar as questões que envolvem a influência do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no Movimento Estudantil, com mais ênfase na União Nacional dos Estudantes (UNE). Podemos destacar como pontos de análise os objetivos que o PCdoB tem em influenciar o Movimento Estudantil, além de analisar as formas de organização e de que maneira essa influência refletiu na sociedade. Para realizar tal objetivo, é fundamental explicitar a ideologia do PCdoB que passa a integrar no movimento estudantil. Como ponto de partida, serão analisados alguns documentos retirados do jornal “A Classe Operária” que foi o principal eixo interlocução do partido na produção de um discurso cujo objetivo era convencer os militantes e interlocutores do que o PCdoB era o autêntico e único representante das tradições marxistas-leninistas no Brasil. Através da reedição de A Classe Operária, o PCdoB passou a afirmar sua autoridade moral para se apropriar do patrimônio deixado pelo partido fundado em 1922. (Mourão, 2009; Sales, 2007)

A Classe Operária, no entanto, sempre encontrou meios e formas de levar a orientação do Partido a seus militantes e aos setores avançados do proletariado e do povo. As forças reacionárias e fascistas jamais conseguiram silenciá-las em definitivo. Também os revisionistas tentaram fazê-lo, por manobras escusas, mas falharam. É que, em sua renegação dos objetivos revolucionários, os revisionistas, chefiados por Prestes, pretenderam logo depois de 1957, acabar com a tradição combativa da

⁶⁰*Ibid.*P. 170.

imprensa do Partido. Sentiam particular repugnância por tudo que cheirasse a proletário dizendo que a palavra traduzia sectarismo. Chegaram, então, a abandonar o nome “Voz Operária”, que em certo período substituíra “A Classe Operária”. A esta, davam-na como inexistente para todo o sempre. De modo que, quando a viram voltar a circular à circulação, em 1962, ficaram furiosos, trataram de ignorá-la⁶¹.

Podemos, assim, compreender melhor a primeira frase do jornal que abre esta parte da monografia, no qual o narrador anônimo afirma que “A Classe Operária sempre encontrou meios e formas de levar a orientação do Partido aos seus militantes e aos setores avançados do proletariado”. As forças reacionárias e fascistas eram, obviamente, os militares que comandavam a ditadura e sua rede de apoio. E os “revisonistas” eram os militantes do Partido Comunista Brasileiro que, retiraram A Classe Operária de circulação em 1957. O PCdoB sempre esteve à frente na luta contra o regime militar, temos como exemplo a guerrilha do Araguaia que foi um movimento guerrilheiro existente na região amazônica brasileira, ao longo do rio Araguaia, entre fins da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970. Criada pelo Partido Comunista do Brasil, tinha por objetivo fomentar uma revolução socialista, a ser iniciada no campo, baseada nas experiências vitoriosas da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa.

Neste mês de abril comemora-se o quinto aniversário da resistência armada do Araguaia, acontecimento de extraordinária significação na vida do país. Desfraldando a bandeira da liberdade e dos direitos do povo, moradores do sul do Pará enfrentaram o banditismo de poderosas forças de reação e, com sua bravura e seu sangue, escreveram uma das mais belas histórias das lutas populares no Brasil. Não temeram sacrifícios, jamais vacilaram nos propósitos que os animavam. Indicaram, com o seu exemplo o caminho da libertação nacional e social, o caminho da guerra popular⁶².

⁶¹ A Classe Operária, nº 97, maio de 1975.

⁶² A Classe Operária, nº 114, mar/abr 1977, p. 6.

Nesse trecho retirado do jornal verificamos que o pensamento revolucionário do partido tenta por influenciar a luta popular. A memória é trabalhada para transformar a guerrilha do Araguaia como um símbolo de luta contra “o banditismo de poderosas forças de reação”. Esse banditismo pode ser interpretado como o regime militar que são descritos como vilões e de maneira romântica é construída a imagem dos bravos guerrilheiros que “jamais vacilaram nos propósitos que os animavam”. Em outro trecho do jornal “A Classe Operária” verificamos mais sobre o pensamento ideológico do partido.

Ou se trata de aceitar as reformas da grande burguesia e do imperialismo que desembocarão numa democracia relativa com indeléveis sobrevivências da ditadura. Ou se ousa vencer e se faz avançar a luta de massas, em todos os níveis e sob todas as formas. Buscando, na atual etapa, ampliar ao máximo as conquistas democráticas pela via de uma Constituinte livremente eleita. E com a certeza de que se algo mudou foi, sem dúvida, a correlação subjetiva entre as forças sociais em choque, alargando tremendamente as fileiras da frente democrática e exaurindo o campo da ditadura. O que resta agora é saber transformar esse acúmulo subjetivo de forças em ação independente de massas⁶³.

A ênfase no “trabalho de massas” era uma forma de mostrar que o partido não estava inativo. E a experiência do Araguaia tinha de ser positivada para o partido manter sua área revolucionária. Com tudo isso, notamos que o partido tem uma ideologia formada que passa a influenciar o movimento estudantil que, entre outros motivos, tem uma ideologia que satisfaz o pensamento daqueles jovens que são contra o regime militar. Como já vimos no capítulo anterior, o movimento estudantil universitário brasileiro se transformou num importante foco de mobilização social. Sua força adveio da capacidade de mobilizar expressivos contingentes de estudantes para participarem ativamente da vida política do país. Toda essa militância tem como ideologia, em sua grande parte, do PCdoB que esteve presente influenciando grande parte dos dirigentes da UNE. Ao observar o pensamento ideológico do partido comunista, podemos traçar uma comparação à cerca do pensamento ideológico do movimento estudantil sintetizando seu histórico de militância em todo o país.

⁶³ A Classe Operária, nº 123, fev. 1978, p. 23

Para entender como o movimento estudantil universitário tornou-se um importante fator político devemos, primeiramente, considerar algumas mudanças que afetaram o sistema de ensino superior público do país. No final da década de 50, ele começou a crescer, com a criação de inúmeras faculdades e universidades. Num país em desenvolvimento, o acesso ao ensino superior passou a ser condição fundamental para acelerar o processo de modernização, ao mesmo tempo em que abria novos caminhos para a mobilidade e ascensão social. O aumento do número de estudantes coincidiu com o crescimento e consolidação de novas correntes políticas no meio universitário, que passaram a liderá-lo através do controle dos principais cargos nas mais importantes organizações estudantis. As novas correntes políticas se tornaram hegemônicas e defendiam ideologias ligadas à esquerda marxista, ou seja, um projeto socialista de transformação da ordem social. Essas correntes esquerdistas foram bem sucedidas ao canalizarem a crescente insatisfação da massa jovem diante das deficiências e problemas do sistema de ensino superior. Desse modo, a década de 60 presenciou as primeiras grandes mobilizações em defesa de reivindicações de caráter educacional. Na primeira metade dos anos 60, a chamada "Reforma da Universidade" consistiu na mais importante luta do movimento estudantil.

O golpe militar repercutiu significativamente no movimento estudantil. A influência das correntes políticas de esquerda levou as autoridades militares a reprimirem as lideranças estudantis e desarticularem as principais organizações representativas. Primeiramente a UNE foi posta na ilegalidade, depois as UEEs e os DCEs. Foram criadas novas organizações e novos procedimentos foram adotados para seleção de seus representantes. As constantes tentativas das lideranças estudantis de retomarem o controle das organizações foi o principal fator a desencadear novas ondas de repressão política. Desse modo, reivindicações educacionais e manifestações de protesto político contra o governo militar foram as principais bandeiras de luta do movimento na segunda metade da década de 60. O ápice da radicalização dos grupos estudantis ocorreu em 1968, ano marcado por grandes manifestações de rua contra a ditadura militar.

De 1969 a 1973, a coerção política atingiu o seu ápice. Neste período, o movimento estudantil foi completamente desarticulado. A maior parte dos militantes e líderes estudantis ingressou em organizações de luta armada para tentar derrubar o governo. Em 1973, os militares derrotaram todas as organizações que pegaram em armas. Somente em 1974

começaram a surgir os primeiros sinais da recuperação do movimento estudantil. A nova geração de estudantes, que militaram e lideraram as frentes universitárias da década de 70, teve pela frente o árduo trabalho de reconstruir as organizações estudantis. O período em que o movimento estudantil voltou a ter força coincidiu com uma mudança importante nos rumos da política nacional. Após a escolha do general Ernesto Geisel para a Presidência da República teve início o desenvolvimento do projeto de liberalização política, que previa a redemocratização do país.

Foi um processo lento e gradual, que durou até o final dos governos militares. É importante ressaltar que, neste período, a volta do movimento estudantil não desencadeou ondas de repressão política como as que foram presenciadas no final da década de 60 e início da década de 70. A ditadura já não contava com apoio popular e até mesmo as elites começaram a dirigir duras críticas contra o governo militar. A luta contra a ditadura foi travada com a bandeira das liberdades democráticas. O ápice da retomada se deu em 1977, ano marcado pela saída dos estudantes para as ruas. Grandes manifestações de protesto e passeatas públicas mobilizaram os estudantes em defesa da democracia. As reivindicações de caráter educacional não obtiveram grande destaque. Foram as reivindicações de caráter político defesa das liberdades democráticas, fim das prisões e torturas e anistia ampla, geral e irrestrita que se tornaram a grande força motivacional a mobilizar os estudantes. Passo a passo, as principais organizações estudantis foram reconstruídas. Primeiramente surgiram os DCEs-livres, em seguida as UEEs e, finalmente, em 1979, a UNE foi refundada.

Veja que o pensamento ideológico do movimento estudantil tem em seus primórdios uma inclinação à ideologia esquerdista. Sendo o PCdoB um partido de ideais marxistas, a UNE acaba por simpatizar com a causa e mesmo antes de 1979, muita jovem já abraçavam a ideologia marxista contra o regime militar. Vemos que muitos passaram a adotar a luta armada como uma forma de desarticular o sistema e implementar a ideologia comunista. É interessante notar que esse pensamento estudantil é semelhante ao do PCdoB que tem um pensamento de militância que podemos verificar no trecho a seguir.

Cabe a nós, militantes do PCdoB, o dever imperioso de ajudar as massas a fazerem a sua experiência e simultaneamente despertar a sua consciência revolucionária. Somente assim estaremos aproveitando a fase de

transição que atravessamos de maneira a ir formando o exército político capaz de conduzir a causa popular à vitória⁶⁴.

É importante salientar que nem sempre o PCdoB esteve à frente do movimento estudantil. Existiam outras tendências que se articulavam para estar na direção da UNE. Um exemplo dessas outras tendências se dá entre 1980 e 1989 onde o movimento estudantil esteve polarizado por dois grandes blocos políticos, um que se articulava em torno do PCdoB e outro que reunia diversas correntes do PT. Esses dois grupos se revezavam na diretoria da UNE e nas eleições formavam-se diversas chapas e, às vezes, surgiam novos grupos, mas a vitória era sempre desses dois blocos. Como na eleição de 1986, que Renildo relata em seu depoimento:

Disputaram cinco chapas nessa eleição. Tinha uma chapa que eu apoiava e que foi encabeçada pela Gisela Mendonça, era a “UNE livre”. Tinha a de oposição mais forte e na qual estava a maioria do PT, era a “Para Sair Dessa Maré”, encabeçada pelo JéferonCalaça. Uma terceira, que tinha participação muito grande de estudantes da USP, tinha uma conotação mais anarquista, era a “Borduna Democrática”. As outras eu não me recordo, mas nós tivemos uma vitória expressiva da “UNE livre”⁶⁵.

A chapa encabeçada pela Gisela Mendonça tinha apoio do PCdoB e apesar de estar presente em grande parte da diretoria da UNE, vimos nesse trecho que existia certo revezamento entre os partidos. Já em 1989 houve uma questão que foi discutida na entidade estudantil que é importante ressaltar. A UNE passa a discutir a questão da “proporcionalidade” na diretoria da entidade. Até então, a chapa que era mais votada nas eleições ocupava a diretoria da entidade por inteiro. A proposta era garantir a representação, na diretoria eleita, das diferentes chapas que haviam disputado as eleições. Esta representação seria proporcional à votação obtida pelas chapas. Com isso garantia-se a presença, na gestão da entidade, das diferentes tendências e dos grupos políticos mais significativos do movimento estudantil.

⁶⁴ A Classe Operária, nº 134, fev/mar de 1979, p. 11

⁶⁵ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias Estudantis: Da Fundação Da Une Aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. Pág. 253.

O ambientalista gaúcho Cláudio Langone, foi eleito presidente da UNE em 1989. Langone relembra em seu depoimento o debate sobre a proporcionalidade no 40º congresso da entidade:

A gente vinha de duas gestões “puras” do PT e de uma situação de muito acirramento entre dois grandes blocos do movimento estudantil. E o congresso de Brasília era um congresso em que várias correntes importantes do PT passaram a defender a proporcionalidade. A minha corrente, por exmple, não defendia, mas eu defendia. Ele foi um congresso tenso, de muita disputa, um congresso de muito parelho, em que qualquer um, qualquer dos blocos poderia ganhar. Mas o grande símbolo dele foi ser o congresso da proporcionalidade. O seu grau de disputa não construiu o ambiente para a proporcionalidade do ponto de vista político. Mas ele foi um congresso positivo, de muita gente, de boa discussão, com uma diretoria composta entre dois grandes blocos com 49% a 51%. E tínhamos um grande desafio que era o de dar governabilidade a UNE, conseguir consolidar relações políticas entre dois grandes blocos e fazer a entidade funcionar, encerrando o ciclo⁶⁶.

A proporcionalidade tentava combinar, numa mesma diretoria, as diversas correntes políticas ou, pelo menos, as mais importantes e influentes, assim, evitaria o “aparelhamento” da entidade por uma única corrente e expressar a multiplicidade de posições políticas do movimento estudantil. Mas pode-se perguntar se ela é, realmente, uma solução para os estudantes ou, no fundo, apenas uma solução para as “tendências políticas”. Na opinião de Renildo, é impossível separar uma coisa da outra:

Essa é uma das grandes polêmicas que acompanham o movimento estudantil porque independente em geral contesta isso, mas não tem como separar. Sempre foi assim e vai ser sempre assim⁶⁷.

⁶⁶ *Ibid.* P. 255.

⁶⁷ *Idem*

Mas, para Renildo, a presença marcante das tendências e correntes políticas não compromete a unidade do movimento:

O movimento estudantil no Brasil tem marcas muito fortes, é unitário. Com toda essa briga de correntes que disputavam com muita força, nunca o movimento se dividiu, nunca teve duas UNEs, nunca teve estudantes criando outra entidade estudantil. Há um prestígio muito grande e um sentimento de unidade muito grande entre os estudantes brasileiros⁶⁸.

É interessante observar que existiam outras tendências políticas que disputavam a diretoria da UNE. Porém, mesmo que as tendências fossem diferentes, em sua maior parte, os estudantes tinham um pensamento de esquerda visto pelo fato de que as tendências políticas ficavam em volta do PT e do PCdoB. Além disso, vemos que mesmo tendo inclinações à esquerda, observamos que a UNE nunca se rompeu criando outra entidade. Ela sempre teve uma unidade forte e com um prestígio que fazia com que a entidade tivesse forças para mobilizar vários estudantes de todo o Brasil e influenciar a sociedade a brigar pela democracia.

A importância da UNE na sociedade se fez também por influência do PCdoB e isso é notado em vários momentos importantes de nossa sociedade. Um exemplo dessa influência do PCdoB na UNE que ajudou nos movimentos sociais foi no episódio do impeachment do presidente Fernando Collor. O baiano Orlando Silva Junior, Ministro dos Esportes no governo Lula, na época era tesoureiro da UNE. Em seu depoimento ele destaca a importância da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas no movimento “Fora Collor”:

A gente reuniu a executiva da UNE com a executiva da UBES, no Rio de Janeiro, para discutir a estratégia de encaminhamento do “fora Collor” e o pessoal da UBES, que era o mais decidido, falou “vamos marcar uma passeata para o dia 11 de agosto, Dia do Estudante, para lançar essa campanha”, e o nosso pessoal, alguns da UNE, estava meio na dúvida, se perguntando: “Será que é o caso?”⁶⁹

⁶⁸ *Idem*

⁶⁹ *Ibid.* pág. 258.

Os conflitos se davam em torno das mais variadas questões. Por exemplo, a questão internacional.

Só para você ter uma ideia das bandeiras, a proposta do PCdoB sobre a questão internacional era “apoio à autodeterminação dos povos, à independência nacional e à luta dos povos no mundo pela liberdade e pela democracia”. A bandeira de um pessoal mais devagar era “Pela paz mundial”, só isso. E a bandeira da Libelu e da Convergência era “Pela luta revolucionária dos povos em armas pela liberdade”. Só que não dava para votar cada ideia dessas, porque não tinha som, não tinha condições. Eu lembro que, no final, ficou assim, uma palavra de ordem que unificou todo o mundo: “Pela paz mundial, pela autodeterminação dos povos, respeito à soberania nacional e apoio à luta revolucionária dos povos em armas pela sua liberdade.” Quer dizer, botou tudo na mesma coisa, contemplou todo mundo e ainda foi para votação. Aí economizamos umas duas horas de congresso⁷⁰.

Ao final surgiram duas chapas: a “Reconstrução”, que era uma composição entre o PCdoB e o MR-8, e a chapa liderada pela corrente, “Alicerce e Luta”, que reuniu os grupos trotskistas da Convergência Socialista e da Libelu. A chapa “Reconstrução” saiu vitoriosa e foi a primeira diretoria da UBES reconstruída no final da ditadura militar. Essa diretoria composta de membros filiados ao PCdoB passa a mover o movimento que até hoje é lembrada na história brasileira. O movimento dos “caras-pintadas” é um grande exemplo de como a influência do PCdoB no movimento estudantil é refletido na sociedade. O PCdoB é o primeiro partido a defender o afastamento de Fernando Collor da Presidência. Quando vêm à luz as denúncias do esquema Collor. A juventude, a UNE e a Ubes têm um papel importante nesta mobilização. Os “caras-pintadas” fazem as maiores passeatas da história do movimento estudantil brasileiro. A pressão popular obriga o Congresso a votar o impeachment do presidente. Em sua declaração de voto, a bancada comunista aponta o modelo neoliberal como o pior dos crimes de Collor.

⁷⁰*Idem.*

No 7º Congresso do PCdoB realizado em 1988 em São Paulo foram discutidos vários assuntos à cerca do partido englobando, entre outros, assuntos econômicos, políticos e sociais. Dentre as discursões houve debates no que tange o movimento estudantil e a questão do PT estar passando a ser uma corrente, presente na UNE. Em um documento que feito a partir do que foi discutido no congresso, verificamos o pensamento do PCdoB sobre esta questão:

O movimento estudantil está dividido. Tem fraca atuação. A UNE, no momento, acha-se em mãos de forças antiunitárias, em parte aparelhada pelo PT. A corrente denominada Viração, que congrega universitários mais avançados, tem prestígio, mas, não se encontra bastante enraizada nas escolas superiores⁷¹.

Segundo o Partido Comunista do Brasil, a causa desse fortalecimento do PCdoB se dá pelo fato de que no Brasil, a socialdemocracia encontrava-se em fase de implantação. Era representada, principalmente, pelo Partido dos Trabalhadores, PT, que congrega sindicalistas, lideranças operárias, dirigentes estudantis e também trotsquistas, renegados do marxismo-leninismo e setores anticomunistas da Igreja Católica. Seguindo orientação geral da socialdemocracia, aquele partido cria organizações de massas a ele subordinadas, como é o caso da CUT, e procura controlar, e submetendo à sua direção, entidade como a UNE.

Nota-se que o partido está ciente da “concorrência” que acabou se tornando algo problemático ao partido comunista. No mesmo congresso foi dada uma direção de como se posicionar diante a essa “fraca atuação do movimento estudantil”. O Partido Comunista do Brasil define a sua orientação tática. Esta decorre não somente do quadro político em evolução, mas, está intimamente ligada às posições estratégicas do Partido no que tange o movimento popular que são:

Apoiar decididamente o movimento juvenil. Fortalecer a União da Juventude Socialista (UJS) que agrupa os jovens de vanguarda e atua lado a lado com as forças progressistas. Estimular sua campanha democrática pelo voto aos 16 anos.

⁷¹ O Brasil numa encruzilhada histórica [7º Congresso do PCdoB] (1988) Disponível em: http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=150. Acessado em: 06/10/2012.

Reforçar o movimento secundarista e universitário.

Combater dentro da União Nacional dos Estudantes a ala grupista e sectária, anticomunista, inimiga da unidade do movimento estudantil. A UNE deve ser organização ampla de todos os estudantes, com plataforma de atuação democrática e progressista⁷².

O Partido Comunista do Brasil sai do seu 7º Congresso fortalecido em suas posições amplamente apoiadas pelo coletivo partidário em todo o país. A força do Partido reside nas ideias marxista-leninistas que defende. E podemos verificar esse fortalecimento a partir de um Informe Político ao 8º Congresso do PCdoB em 1992:

No movimento estudantil voltamos a dirigir a União Nacional dos Estudantes (UNE) e mantivemos a direção da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). O Partido está presente na direção de muitos diretórios centrais, diretórios acadêmicos e grêmios das escolas de nível médio.

[...] A União da Juventude Socialista (UJS), sob a direção do Partido, empenha-se em se manter ativa na organização e mobilização da juventude. O PCdoB tomou parte decisiva nas lutas que se realizaram no país⁷³.

A atuação do PCdoB no movimento estudantil se fez com a ajuda de um pensamento ideológico que o partido passa a utilizar para que novas forças estudantis encontrassem apoio no comunismo. A linha de pensamento ideológico que é percebido entre os antigos presidentes da UNE pode ser vista na revista chamada Princípios que até hoje circula na imprensa.

⁷² *Idem.*

⁷³ Informe Político ao 8º Congresso do PCdoB (1992) Disponível em: http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=148. Acessado em: 06/10/2012.

A revista *Princípios* é uma revista teórica, política e de informações variadas. *Princípios* reserva de igual modo, lugar a questões relativas à História, à crítica literária e artística, bem como a outros temas de valor cultural que possam contribuir para elevar o conhecimento da nossa realidade e revelar novas perspectivas ao progresso social, às transformações que a sociedade brasileira está a exigir. Essa revista é uma fonte muito importante dessa monografia, pois traz informações sobre o período previsto e o pensamento ideológico de alguns ex-presidentes da UNE.

Um exemplo dessa ideologia pode ser vista pelo olhar de Aldo Rebelo onde escreve que:

Na história da humanidade, em todos os tempos, por todos os campos de combate, os movimentos revolucionários buscaram na juventude alimento e vitalidade para seguir avante.

[...] Nas décadas de 1950 e 1960 forma-se no país um vigoroso movimento democrático e patriótico, sempre com estudantes e jovens à frente ou no seu interior. A resistência ao golpe se dá nas fábricas, nas ruas e nas escolas. A maioria tomba heroicamente nas ruas ou nos cárceres da ditadura, levantando alto o protesto do povo contra seus carrascos.

[...] No Brasil, a juventude não tem acesso à cultura, ao esporte e ao lazer. Sessenta e cinco por cento dos nossos atletas amadores têm mais de 18 anos, dos quais apenas 11% são mulheres, quando na maioria dos países a prática do esporte se dá principalmente nas faixas inferiores de idade e é menor a diferença proporcional entre os sexos. Alienado e distanciado da formação social e cultural da nossa juventude, o lazer é também alienante quando impõe aos jovens valores e realidades que lhes são estranhos; 41% da nossa programação de televisão são estrangeiros, salvo honrosas exceções; de péssima qualidade; 72,8% dos filmes exibidos nas salas de projeção são também estrangeiros, a maioria dos quais de qualidade no mínimo duvidosa, e no teatro apenas 28,5% dos espetáculos encenados são de autores nacionais⁷⁴.

⁷⁴REBELO, Aldo. *Perfil da Juventude Brasileira*. Revista *Princípios*. Ed. Anita Garibaldi. N° 7. 1983. Pág. 42-50.

Pretende-se no artigo de Aldo Rebelo, refletir sobre a ação da juventude brasileira através da história e fazer uma relação sobre uma futura perspectiva. Aldo, através da história, narra a influência do jovem na sociedade. Rebelo narra várias revoluções, lutas e resistências que teve a ajuda do jovem para que houvesse êxito. Acaba por narrar a saga dos jovens contra o regime militar brasileiro. Ele dá ênfase a repressão militar.

Cita as várias medidas de repressão estudantil como o AI5. O autor faz uma dura crítica ao governo. Fala sobre a questão das universidades particulares que detinham na época 80% das matrículas. Aldo critica o Estado brasileiro que a valor ao capital externo não valorizando os vários setores da sociedade como o esporte e o lazer. Na área da comunicação existe uma influência estrangeira. No mercado de trabalho o que é visto são vários jovens desempregados. Essa perspectiva revela um pensamento que tem inclinações esquerdistas. Isso ajuda a nossa verificação do perfil dos dirigentes da UNE que tinham como partido filiado o PCdoB.

No que tange as universidades existia uma preocupação que estava sendo observada pelo partido comunista. Tratava-se da educação que estava sendo colocada nas universidades. Houve um debate a cerca dessa questão que podemos verificar a partir de artigos da revista *Princípios*.

Falávamos que a Universidade é vista com exterioridade. Se pensarmos a sociedade como totalidade e a Universidade como parte orgânica da sociedade, e de uma sociedade classista, veremos que o problema não é a pretendida "incapacidade" da Universidade. Obviamente uma Universidade que pretenda desenvolver no Brasil um pensamento crítico, que atenda "às necessidades da população" estará, certamente, bastante longe da formação profissional exigida pelo mercado de trabalho. Enquanto para Atcon a questão fundamental era o gerenciamento e, portanto, a reforma empresarial da Universidade, o projeto do MEC era fundamentalmente desmobilizador. Isto é, o desenvolvimento das universidades privadas correspondeu à quebra da luta dos universitários brasileiros⁷⁵.

⁷⁵DIAS, Edmundo Fernandes. *A Universidade em Debate*. Revista *Princípios*. Ed. Anita Garibaldi. N° 6. 1983. Pág. 45-47.

Edmundo Fernandes faz uma crítica sobre a Universidade e todas as instituições de nossa sociedade que ao pensadas exteriormente. A universidade é pensada como um campo homogêneo e indiferenciado, segundo ele típico de uma sociedade burguesa. Fernandes acaba por criticar essa mentalidade dizendo que a universidade é um lugar de crítica social e contraditório, pois agrega várias classes sociais. Ele destaca que a visão de que a universidade é um local de mera reprodução da classe dominante é equivocada de um senso comum.

Edmundo deixa claro que universidade passa por uma crise de seu projeto. Ela acaba por não servir ao propósito da burguesia que não quer, segundo o autor, um pensamento crítico ao que se diz respeito à sociedade. O que a burguesia quer é uma universidade que tenda ao mercado de trabalho. Outro artigo trata do assunto universitário mostrando uma perspectiva a cerca das universidades.

Nas universidades brasileiras é vetada a participação da comunidade universitária nas decisões. Os reitores das escolas públicas federais são nomeados pelo presidente da República e os das estaduais pelos governadores, através da elaboração de listas sêxtuplas pelos Conselhos Universitários. Na maioria das escolas superiores, principalmente nas privadas, o quadro de professores está muito aquém das necessidades e desqualificado.

A Educação é um direito da população ao qual corresponde um dever do Estado. A obrigação do Estado é manter financeiramente as escolas, de forma a proporcionar o desenvolvimento crescente das suas condições de ensino e pesquisa. A luta por esta Universidade é parte integrante da luta pela transformação geral da sociedade⁷⁶.

Omar Pires faz uma introdução mostrando que numa sociedade de classes, a educação universitária faz parte de uma superestrutura político-ideológica que tem a função de

⁷⁶MATTOS, Osmar Pires e Acildon de. *A Universidade Atual: Imagem e Semelhança do Regime Militar*. Revista Princípios. Ed. Anita Garibaldi. N° 6. 1983. Pág. 48-50.

transmitir os valores da classe dominante. Como a universidade está ligada a um desenvolvimento social, ela pode mudar de acordo com as mudanças da sociedade.

O autor faz uma dura crítica à ditadura militar que, segundo ele, fez com que a educação universitária seguisse a uma orientação antinacional, antidemocrática e antipopular. A reforma universitária de 1968 acaba por consagrar a intervenção imperialista norte-americana nas universidades, pois ela transfere a responsabilidade de manutenção financeira do Estado para o capital privado. Segundo o autor, essa intervenção do novo projeto universitário acaba fazendo com que o regime militar use da força e centralize o poder nas universidades para que seu projeto vigore.

Em sua conclusão ele diz que a universidade deve ser pública e de qualidade não atendendo ao capital privado. O conteúdo deve estar a serviço da sociedade. Por fim ele faz uma crítica ao regime militar dando valor a democracia, a liberdade e a soberania nacional.

Vimos que o Partido Comunista do Brasil tem um grande receio com a educação do país. A partir da revista, interagimos com as preocupações de militantes que narram suas críticas à educação. Em todo esse capítulo, podemos notar que o partido acaba por interagir com uma grande gama de questões que giram em torno da UNE. O PCdoB acredita que o movimento estudantil é uma entidade muito importante para o Brasil. A atuação do partido comunista na entidade estudantil teve a intenção de ajudar e fortalece-la para que ela possa buscar melhores condições na educação brasileira e na sociedade. É possível observar que o pensamento ideológico que a UNE demonstra a partir de uma influência do PCdoB e algo que ultrapassa a sala de aula e tenta refletir na sociedade brasileira onde a tentativa de encontrar uma alternativa em estabelecer uma sociedade mais justa e democrática, acaba sendo uma das bandeiras do movimento estudantil.

Considerações Finais

A título de conclusão, cumpre ressaltar que este estudo não esgota o tema aqui apresentado. Ao contrário, a pesquisa aponta para uma infinidade de possibilidades de novos estudos a cerca do tema tratado. Essa monografia desenvolveu-se no sentido de tentar trazer uma perspectiva da influencia do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no movimento estudantil que contribuiu minimamente para o entendimento de um período extremamente importante da história nacional.

A UNE foi precursora de importantes movimentos sociais brasileiros. Dispondo de inúmeras organizações representativas de âmbito universitário (os DCEs: diretórios centrais estudantis), estadual (as UEEs: uniões estaduais dos estudantes) e nacional (representada pela UNE: União Nacional dos Estudantes), o movimento estudantil, com suas reivindicações, protestos e manifestações, influenciou significativamente os rumos da política nacional. Ficou

notório com o estudo que na maior parte dos anos, o PCdoB apoiou e ajudou a eleger os principais presidentes da UNE, além de ter contribuído significativamente nas mudanças sociais que ocorreram no Brasil.

O trabalho em desenvolver um estudo metodológico para desenvolver esta monografia ajudou e muito na pesquisa. Este desenvolvimento metodológico deu um maior esclarecimento na hora da utilização das fontes encontradas.

E com isso, dá-se por concluído a monografia acadêmica intitulada “A Influência do PCdoB no Movimento Estudantil na Década de 1980”.

Fontes e Bibliografia

Sites

História da UNE. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>> Data de acesso 16/07/2012

Informe Político ao 8º Congresso do PCdoB (1992) Disponível em: http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=148. Acessado em: 06/10/2012.

LEAL, Claudio. *General Leônidas: "Revanchismo tem que acabar"*. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2896568-EI6578,00.html>>. Data de acesso 16/07/2012.

Linha do tempo retirada do site <<http://www.une.org.br/2011/09/linha-do-tempo/>> acessado em 17/09/2012.

O Brasil numa encruzilhada histórica [7º Congresso do PCdoB] (1988) Disponível em: http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=150. Acessado em: 06/10/2012

Quem é e o que quer o Partido Comunista do Brasil (Parte 1) Disponível em: http://www.pcdob.org.br/texto.php?id_texto_fixo=4&id_secao=145. Acessado em: 05/06/2012.

Periódicos

A Classe Operária, nº 97, maio de 1975

A Classe Operária, nº 114, mar/abr 1977, p. 6.

A Classe Operária, nº 123, fev. 1978, p. 23

A Classe Operária, nº 134, fev/mar de 1979, p. 11

DIAS, Edmundo Fernandes. *A Universidade em Debate*. Revista Princípios. Ed. Anita Garibaldi. Nº 6. 1983.

REBELO, Aldo. *Perfil da Juventude Brasileira*. Revista Princípios. Ed. Anita Garibaldi. Nº 7. 1983. Pág. 42-50.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O relatório da CPI: um retrato do Brasil*. In: *Novos Estudos*. CEBRAP. nº 34, 1992.

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias Estudantis: Da Fundação Da Une Aos Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- BARROS, José D'Assunção. *História Política, Discurso e Imaginário: Aspectos de uma Interface*. Sæculum – Revista de História [12]; João Pessoa, jan./ jun. 2005.
- BARROS, José D'Assunção. *Teoria e Formação do Historiador*. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 11, n° 23, p. 41-62, set./dez. 2010.
- BENEVIDES, S. C. O. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil*. São Paulo: Annablume - editora e comunicação, 2006.
- BERSTEIN, Serge. *A história política*. IN: RIOUX; SIRINELLI. *Por Uma História Cultural*. Lisboa: Espanha, 1998.
- BONFILS-MABILON, Béatrice; ÉTIENNE, Bruno. *Será a ciência política uma ciência?* São Paulo: Instituto Piaget, 1998.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
- CANCIAN, Renato. *Movimento Estudantil e Repressão Política: o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes..* São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCar), 2010. v. 1000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *História e poder: uma nova história política?* In: *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011.
- CARR, Edward Hallet. *Que é História?* Rio de Janeiro, Paz, 1996,
- ELIAS, Norbert. *Compromiso y distanciamiento*. Barcelona: Península, 1990.
- EUGÊNIO, Marcos F. Napolitano de. *Nós que amávamos tanto a democracia: Protestos de rua contra o regime militar na grande São Paulo (1977 - 1984)*. São Paulo, 1994. Dissertação de Mestrado, FFLCH - USP.
- FALCON, Francisco. *História e Poder*. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion (org); VAINFAS, Ronaldo (org); *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- FERREIRA, M. M. & AMADO, J. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FERREIRA, Mariea de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Revista Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.
- FERREIRA, Marieta de M. A Nova “*Velha História*”: o Retorno da História Política. IN: Estudos Históricos. N. 10, v. 5. Rio de Janeiro: 1992.
- HILÁRIO, Janaína. *História Política – cultura política e sociabilidade partidária: uma proposta metodológica*. IN: Revista Unisinos. n. 10 v. 2. maio/agosto de 2006.
- KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. *As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política*. In: Estudos Históricos. N 24. 1999/2. p. 1.
- MATTOS, Osmar Pires e Acildon de. *A Universidade Atual: Imagem e Semelhança do Regime Militar*. Revista Princípios. Ed. Anita Garibaldi. Nº 6. 1983.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *História, memória e tempo presente*. In: Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011.
- PEREIRA, Mônica Mourão. *A Esquerda Bem Informada: A Estratégia Política de Comunicação do PCdoB em Dois Tempos*. 2009. Dissertação. (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, UFF, Niterói, 2009.
- POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3. 1989.
- RÉMOND, René. *Por que História Política? Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v 7, n 13,1994.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Visões e Perspectivas: documento em História oral*. Revista Oralidades. São Paulo, v.2, n. 2, 2007.

ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES Tânia. *A volta da UNE, de Ibiúna a Salvador*. ED. Alfa-Omega. 1979.

SALES, Jean Rodrigues. *PC DO B Conta a Sua História: Tradição, Memória e Identidade Política*. Diálogos, DHI/UEM, v. 6. p. 155-171, 2002.

SALES, Jean Rodrigues. *Da Luta Armada ao Governo Lula: A História do PCdoB*. In: REIS, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge. *Revolução e Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Nilton. *História da UNE, vol. 1. Depoimentos de ex-dirigentes*. Livramento, 1979.